Nas ruas... nas lutas... nas greves... construir um

BRASIL PARA OS TRABALHADORES

WWW.PSTU.ORG.BR ▸ NÚMERO 482 ▸ DE 24 DE JUNHO A 22 DE JULHO DE 2014 ▸ ANO 17 R$ 2

Convenção Nacional do PSTU aprova

PRESIDENTE

Zé Maria

Cláudia Durans vice

Zé Maria presidente

Um operário que não mudou de lado

José Maria de Almeida, o Zé Maria, nasceu em Santa Albertina, interior de São Paulo, em 2 de outubro de 1957. Foi três vezes candidato à Presidência da República, 1998, 2002 e 2010. Mas não começou aí a sua trajetória política no país. Zé Maria começou sua militância política nas greves operárias do ABC no final da década de 70.

O jovem metalúrgico Zé Maria começou sua militância entre os anos de 1976 e 1977, em Santo André (SP). Participou ativamente das lutas e mobilizações da classe operária no ABC paulista que foram fundamentais na luta pelo fim da ditadura. Foi preso duas vezes e torturado durante o regime militar por lutar pelo direito à organização dos trabalhadores e pelas liberdades democráticas.

Esteve à frente, em 1980, da fundação do PT e, posteriormente, da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1992, foi expulso do PT junto com a Convergência Socialista por defender o "Fora Collor" contra a direção do partido e por discordar da adaptação petista aos patrões e ao Estado. Em 1994, ajudou a fundar o PSTU. Hoje, constrói a CSP-Conlutas, importante instrumento de organização dos trabalhadores. São quase quatro décadas ao lado dos trabalhadores e da juventude e com a mesma convicção de que só a luta pelo socialismo pode mudar de verdade a vida dos trabalhadores.

Cláudia Durans vice

Mulher, negra e socialista

Desde os 16 anos de idade, Cláudia luta contra as perversidades do sistema capitalista. Em 1983, no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), envolveu-se no movimento estudantil e integrou o PT, mas saiu desse partido para construir o PSTU.

Desde 1992, é professora do Departamento de Serviço Social da UFMA. Escreveu livros e artigos que analisam como os trabalhadores enfrentam a exploração e a subordinação política. Atualmente é diretora licenciadada da APRUMA, seção sindical do ANDES-SN, e participada lutas em defesa da educação pública e de qualidade. Milita ativamente na reorganização dos movimentos negro e feminista classistas, construindo o Quilombo Raça e Classe e o Movimento Mulheres em Luta (filiados a CSP-Conlutas) e defendendo que a luta contra a opressão, também homofóbica, deve ser travada ao lado dos trabalhadores e no combate à exploração capitalista.

Lutadores e socialistas do PSTU

Conheça aqui alguns pré-candidatos socialistas do PSTU. Nas próximas edições do Opinião Socialista vamos apresentar outras candidaturas pelo país.

Sergipe

Vera Lúcia

Deputada federal

Vera iniciou sua militância como operária da indústria têxtil.Ex-dirigente da CUT hoje é uma das dirigentes da CSP-Conlutas. Vera é uma importante referência de esquerda em Sergipe e sempre foi candidata a cargos majoritários. Dessa vez o partido aposta na disputa a uma vaga a Câmara Federal.

Rio de Janeiro

Cyro Garcia

Deputada federal

Uma das lideranças mais importantes dos bancários do Rio e um dos dirigentes nacionais da CSP-Conlutas. Cyro foi deputado federal e presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Fundador do PSTU, atualmente é seu presidente estadual. É funcionário do Banco do Brasil e professor universitário.

São Paulo

Toninho Ferreira

Deputada federal

Toninho Ferreira, de 55 anos, trabalhou na GM e Embraer. Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos por dois mandatos e, em 2012. Atualmente, é advogado dos movimentos populares. Esteve ao lado dos moradores na luta contra a desocupação e é a principal liderança das famílias do Pinheirinho.

Rio Grande do Norte

Simone Dutra

Governadora

Simone é enfermeira. Foi presidente do SINDSAÚDE do Rio Grande do Norte. Luta contra a privatização da saúde publica, em defesa de mais verbas para o setor.

Minas Gerais

Vanessa Portugal

Deputada estadual

É professora das redes municipais de ensino de Belo Horizonte e de Betim. Foi diretora do Sindicato dos Professores da Rede Municipal de BH (Sindrede-BH) e fundadora da Conlutas. É presidente regional do PSTU, ao qual está filiada desde 1997. Já representou o partido nas eleições de 2002, 2004, 2006 e 2008.

Rio de Janeiro

Dayse Oliveira

Governadora

Dayse Oliveira, candidata do PSTU ao governo do Rio é professora da rede pública estadual. Foi diretora do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ) e é atualmente diretora do SEPE municipal e estadual. É ainda ativista do movimento negro e a sua candidatura estará a serviço da luta contra todas as opressões.

São Paulo

Ana Luiza

Senadora

Ana Luiza foi diretora do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal. Concorreu ao Senado em 2010, quando teve 109 mil votos com um programa que defendia os interesses e os direitos dos trabalhadores a transporte, moradia e melhores condições de educação e saúde.

Uma alternativa operária e socialista nas eleições

Zé Maria de Almeida,
Candidato a Presidente pelo PSTU

As mudanças exigidas pelos milhões de jovens e trabalhadores que foram às ruas no ano passado, e que, em 2014, estão fazendo greves e manifestações que sacodem o país – como a recente greve dos metroviários de São Paulo – não virão pela ação dos governos federal, estaduais e municipais. Todos eles estão comprometidos com os grandes grupos econômicos e não com o atendimento das necessidades do povo.

Tampouco, as mudanças virão através das distintas candidaturas que estão postas hoje. A direita tradicional, representada por Aécio Neves (PSDB), já governou nosso país. Todos se lembram da tragédia que foram para o povo, os governos de FHC. Eduardo Campos (PSB) e Marina Silva (REDE), que se apresentam como alternativas, estavam no governo do PT até dias atrás. Marina, quando compunha o governo Lula, e Campos, no governo de Pernambuco, não fizeram nada diferente do que faz o PT no governo.

Mas as mudanças que precisamos também não virão com a continuidade do governo do PT e a reeleição da presidente Dilma. Sabemos que muitos trabalhadores ainda têm esperanças no PT. Mas é preciso encarar a realidade. Depois de 12 anos de governo, o tão falado “Brasil Para Todos” da propaganda petista se resume a oferecer Bolsa Família e crédito para endividar as pessoas.

O povo brasileiro precisa de serviços públicos de qualidade, salário e aposentadoria digna, reforma agrária: acesso à cultura e ao lazer. No entanto, longe de garantir isso, o governo do PT promove recordes de rentabilidade dos bancos, empreiteiras e multinacionais. O país cresceu, mas a riqueza continua a ser canalizada para os bancos e empreiteiras da mesma forma que nos governos anteriores. Isto acontece porque o PT optou por governar com os banqueiros, com as empreiteiras, as multinacionais, as grandes empresas do agronegócio. A presença de figuras como Collor de Mello, Sarney e Maluf no governo petista é a personificação desta escolha.

Por isso, o PSTU apresenta a minha candidatura à presidência da República e da professora e militante do movimentos negro e feminista Cláudia Durans para vice. Porque é preciso uma alternativa operária para promover as mudanças que o nosso país necessita.

Vamos apresentar um programa que, para atender as reivindicações de saúde, educação, moradia, transporte coletivo, reforma agrária, aposentadoria, emprego e salário dignos, aponte as mudanças necessárias na estrutura econômica, política e social do país. Um programa de ruptura com o capitalismo, rumo a uma mudança socialista em nosso país. Para aplicar este programa é preciso um governo da classe trabalhadora, que rompa com os banqueiros, empreiteiras e multinacionais, para mudar de verdade o Brasil.

Esta é também a razão que inviabilizou a constituição da Frente de Esquerda com o PSOL. O programa defendido por este partido se limita aos marcos da democracia burguesa que aí está, rejeitando a ruptura com o capitalismo para a constituição de um governo da nossa classe, o oposto do que é necessário para mudar o Brasil, de verdade.

Os trabalhadores quando construíram o PT, há mais de 30 anos, tinham esse sonho de chegar ao governo e mudar o país. Lula e a direção desse partido trocaram este sonho por um acordo com os banqueiros e grandes empresários. Agora, o PT governa para eles.

Minha candidatura quer resgatar esse sonho da classe trabalhadora. Por isso, defende um caminho distinto daquele trilhado pelo PT. Defende a ruptura com os banqueiros e grandes empresários para mudar, de fato, o Brasil. Para organizar o país de acordo com as necessidades e interesses dos trabalhadores e do povo pobre.

Obviamente, uma mudança desta envergadura não virá apenas com o voto. Eles são importantes, pois cada voto que conseguirmos, em apoio a essas idéias, é um passo que estaremos dando no rumo de nosso objetivo. Mas será preciso mais do que isso. Será necessária muita organização e mobilização dos trabalhadores, da juventude e dos setores oprimidos (negros, mulheres e LGBTs) para reunirmos força para promover esta transformação em nosso país.

A campanha eleitoral do PSTU estará a serviço de defender as mudanças em nosso país e a serviço de estimular e fortalecer as lutas e organização dos trabalhadores e da juventude. E a serviço de fazer com que o maior número possível de trabalhadores, trabalhadoras e jovens deste país venha somar-se ao nosso partido na construção de um projeto socialista.

É a esta campanha que estamos convidando você a fazer junto conosco, divulgando este programa, apoiando as candidaturas do PSTU nacionalmente e em todos os estados. Venha, essa luta também é sua! ■

Endereços das sedes

SEDE NACIONAL

Av. 9 de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000 | Tel. (11) 5581.5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - maceio@pstu.org.br | pstual.blogspot.com

AMAPÁ

MACAPÁ - Rua Professor Tostes, 1282 - CEP. 68900-030. Bairro Santa Rita. Tel: (96) 3224.3499 | macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823 - Centro. (92) 234.7093 manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - R. da Ajuda, 88, sala 301 - Centro. (71) 3015.0010 pstubahia@gmail.com pstubahia.blogspot.com

CAMAÇARI - R. Emiliano Zapata, s/n - CEP 42800-910 - Nova Vitória

CEARÁ

FORTALEZA - R. Juvenal Galeno, 710 - Benfica. (85) 3044.0056 fortaleza@pstu.org.br

JUAZEIRO DO NORTE - R. São Miguel, 45 - São Miguel. (88) 8804.1551

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - SCS Quadra 6, Bloco A, Ed. Carioca, sala 215 - Asa Sul. (61) 3226.1016 | brasilia@pstu.org.br pstubrasilia.blogspot.com

GOIÁS

GOIÂNIA - Rua 237, nº 440, Qd-106, Lt- 28, casa 02 - Setor Leste Universitário. (62) 3541.7753 | goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - Av. Newton Bello, 496, sala 10 - Monte Castelo. (98) 8812.6280/8888.6327 saoluis@pstu.org.br pstumaranhao.blogspot.com

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165 - Jd. Leblon. (65) 9956.2942/9605.7340

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 - Vila Planalto. (67) 3331.3075/9998.2916 campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE - Av. Paraná, 158 - 3º andar - Centro. (31) 3201.0736 | bh@pstu.org.br | minas.pstu.org.br

BETIM - (31) 9986.9560

CONTAGEM - R. França, 352, sala 202 - Eldorado. (31) 2559.0724

ITAJUBÁ - Av. Engenheiro Pedro Fonseca Paiva, 188/303 - Bairro Avenida. (35) 8402.1647

JUIZ DE FORA - Av. Rio Branco, 1310 (sobrado) - Centro. pstu16juizdefora@gmail.com

MARIANA - Rua Jequitibá nº41, Bairro Rosário. (31) 8837-0478 | pstumariana@gmail.

UBERABA - R. Tristão de Castro, 127. (34) 3312.5629 | uberaba@pstu.org.br

UBERLÂNDIA - (34) 8807.1585

PARÁ

BELÉM - Av. Almirante Barroso, Nº 239, Bairro: Marco. Tel: (91) 3226.6825

belem@pstu.org.br

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - Av. Apolônio Nobrega, 117. Bairro Castelo Branco (83) 241-2368. joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - Av. Vicente Machado, 198, C, 201. Centro

MARINGÁ - R. Castro Alves, 269 - Jd. Panorama. Sarandi-PR. (44) 9963-5770 | (44) 9944-2375

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua do Príncipe, 106, Soledade, Recife-PE CEP 50050-410 pernambuco@pstu.org.br www.pstupe.org.br

PIAUÍ

TERESINA - R. Quintino Bocaiúva, 421. teresina@pstu.org.br pstupiaui.blogspot.com

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - R. da Lapa, 180 - Lapa. (21) 2232.9458 riodejaneiro@pstu.org.br | rio.pstu.org.br

MADUREIRA - Av. Ministro Edgard Romero, 584/302. Próx ao CDD Correios de Vaz Lobo.

DUQUE DE CAXIAS - Av. Brigadeiro Lima e Silva, 2048, sala 404 - Centro. d.caxias@pstu.org.br

NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633/308 - Centro. niteroi@pstu.org.br

NORTE FLUMINENSE - R. Teixeira de Gouveia, 1766, Fundos - Centro de Macaé. (22) 2772.3151

NOVA FRIBURGO - R. Guarani, 62 - Cordoeira

NOVA IGUAÇU - R. Barros Júnior, 546 - Centro

VALENÇA - sulfluminense@pstu.org.br

VOLTA REDONDA - R. Neme Felipe, 43, sala 202 - Aterrado. (24) 3112.0229 | sulfluminense@pstu.org.br | pstusulfluminense.blogspot.com

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL - Av. Rio Branco, 762 - Cidade Alta - (ao lado do Centro de Atendimento ao Cidadão). (84) 2020.1290. natal@pstu.org.br. psturn.blogspot.com

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - R. General Portinho, 243 - Porto Alegre. (51) 3024.3486/3024.3409 portoalegre@pstu.org.br pstugaucho.blogspot.com

GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105 - Morada do Vale I. (51) 9864.5816

PASSO FUNDO - Av. Presidente Vargas, 432, sala 20 - Galeria Dom Guilherm. (54) 9993.7180

SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807.1722

SANTA MARIA - (55) 9922.2448

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - R. Nestor Passos, 77 - Centro. (48) 3225.6831 floripa@pstu.org.br

CRICIÚMA - R. Imigrante Meller, 487 - Pinheirinho. (48) 3462.8829/9128.4579 pstu_criciuma@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO - saopaulo@pstu.org.br

CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento. (11) 3313.5604

ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 - São Miguel. (11) 7452.2578

ZONA SUL - R. Amaro André, 87 - Santo Amaro. (11) 6792.2293

ZONA OESTE - R. Alves Branco, 65 - Lapa de Baixo. (11) 7071.9103

BAURU - R. Antonio Alves, 6-62 - Centro. CEP 17010-170. bauru@pstu.org.br

CAMPINAS - R. Saudanha Marinho, 990. (19) 3201.5672 | campinas@pstu.org.br

GUARULHOS - R. Harry Simonsen, 134, Fundos - Centro. (11) 2382.4666 guarulhos@pstu.org.br

MOGI DAS CRUZES - R. Prof. Floriano de Melo, 1213 - Centro. (11) 9987.2530

PRESIDENTE PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 101, sala 5 - Jardim Caiçara. (18) 3221.2032

RIBEIRÃO PRETO - R. Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos. (16) 3637.7242 | ribeirao@pstu.org.br

SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Carlos Miele, 58 - Centro. (11) 4339.7186 | saobernardo@pstu.org.br pstuabc.blogspot.com

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - R. Romeu Carnevalli, 63, Piso 1 - Jd. Bela Vista. (12) 3941.2845 | sjc@pstu.org.br

EMBU DAS ARTES - Av. Rotary, 2917, sobreloja - Pq. Pirajuçara. (11) 4149.5631

JACAREÍ - R. Luiz Simon, 386 - Centro. (12) 3953.6122

SUZANO - (11) 4743.1365 suzano@pstu.org.br

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto, 1538-b - Conjunto Orlando Dantas. (79) 3251.3530 | aracaju@pstu.org.br

Das lutas às greves, trabalhadores querem mudanças

J. Figueira
da Redação

Em junho de 2013, o aumento das tarifas e as péssimas condições dos transportes desataram um processo de mobilização em São Paulo que, a partir da brutal repressão policial, se alastrou por todo o Brasil em gigantescas manifestações que abriram uma nova situação política no país de ascenso das massas.

A derrota dos governos Alckmin (PSDB) e Haddad (PT) e a revogação do aumento das tarifas deixou a lição de que com mobilização é possível mudar. Um novo ânimo tomou conta das massas, que começaram a tomar em suas mãos o seu próprio destino, pôs fim à estabilidade política e derrubaram os índices de popularidade de Dilma (PT), dos governos estaduais e municipais. O repúdio das massas aos políticos, aos grandes partidos e a essa falsa democracia dos ricos se generalizou.

As manifestações de junho só se comparam à campanha das "Diretas Já" de 1984 e do "Fora Collor" em 1992. Porém, ao contrário desses processos passou por fora das direções majoritárias do movimento e, pela primeira vez em trinta anos, por fora do PT e da CUT e inauguraram um novo momento na reorganização do movimento.

Desde então, lutas, greves e manifestações ocorrem em todo o país por melhores condições de vida e trabalho, contra o caos nos serviços públicos e os gastos da Copa da FIFA. De norte a sul, trabalhadores cruzam os braços e mostram a força desse novo movimento operário que surge.

Os governos tentam canalizar os protestos para as eleições e retomar o controle das ruas com repressão às greves e manifestações e criminalização dos movimentos como o de metroviários de São Paulo.

Mas, lutar não é crime, os trabalhadores e a juventude resistem e como os metroviários de São Paulo bradam: *"não tem arrego, não tem arrego!"*, pois sabem que as mudanças não virão dos governos, parlamento ou tribunais.

O povo quer mudanças, não quer a volta da velha direita como do PSDB de FHC, nem ficar como está com os governos do PT. Por isso, é preciso uma alternativa operária e socialista nas eleições.

Para virar esse jogo é necessário construir uma greve geral e dar voz às ruas nas eleições. Como diz Zé Maria, candidato à Presidente pelo PSTU: "é preciso mudar tudo isso que está aí".

Desaceleração econômica põe fim à sensação de "bem estar"

Apesar do Brasil não se encontrar em recessão, há uma piora da economia do país, que num cenário de incertezas da economia mundial, aumentam os elementos de instabilidade.A desaceleração da economia brasileira combinada ao retorno da inflação e o endividamento cada vez maior das famílias geraram contradições que ampliaram a percepção nas massas do fim da "sensação de bem estar".

A inflação e a carestia corroem os salários. O endividamento é enorme, sendo que 44% da renda das famílias são destinados ao pagamento das dívidas.

O crescimento econômico dos anos anteriores não acabou com a desigualdade social e mesmo a ampliação da classe trabalhadora nesse período se deu em base à precarização das condições de trabalho.

Política. PSOL inviabilizou Frente de Esquerda

O PSTU defendeu a constituição de uma Frente de Esquerda com o PSOL e PCB em torno a um programa de independência de classe e propostas anticapitalistas, não financiamento de campanha por empresas e respeito ao espaço de cada partido.

Infelizmente, isso não se confirmou nas poucas reuniões realizadas sobre a questão. O PSOL lançou unilateralmente, após polêmica decisão interna, a candidatura de Randolfe Rodrigues e acordou o nome de Luciana Genro como candidata à vice.

Na ocasião, o PSTU em "Carta ao PSOL" afirmou que essa opção expressava programas diferentes para atender às demandas populares. Havia, por exemplo, a ausência de propostas anticapitalistas como a estatização dos transportes públicos como defende PSTU para garantir a tarifa zero e acabar com as máfias dos transportes. Enquanto, o PSOL defende a manutenção do sistema privado de transporte em que a tarifa zero seja financiada através de aumento de impostos como declarado à época por seu candidato.

Diante disso, o PSTU aprovou após um amplo debate democrático em seu Congresso Nacional a candidatura de Zé Maria à presidência referendada em sua Convenção Nacional realizada nos dias 14 e 15 de junho. Da mesma maneira, o PSTU aprovou a constituição da Frente de Esquerda naqueles estados em que fossem respeitados os critérios acima mencionados.

As declarações de Randolfe, ao renunciar à campanha presidencial, reafirmam essas diferenças políticas programáticas ao não propor a ruptura com o capital e alianças com partidos patronais, como no Amapá com Sarney e o PSB. Tal adaptação ao regime democrático burguês inviabiliza a Frente de Esquerda em nível nacional.

Não podemos concordar com a tentativa que fazem alguns setores do PSOL. Infelizmente, já houve a discussão com o PSOL e a frente foi inviabilizada por eles. A partir daí, o PSTU tomou sua decisão. Não podemos fazer nada sobre os problemas e disputas no PSOL. Portanto, esse debate não cabe mais, sob pena de expressar uma visão de quem quer impor suas ideias e que não quer uma frente, mas sim adesão, estranha a como devem se pautar as relações entre partidos.

Contra a dureza da vida nasce a força pra lutar!

Atnágoras Lopes
de São Paulo (SP)

A revolta dos trabalhadores é de quem está no sol de mais de 50 graus, com comida estragada, bife verde, assédio moral. Muitos desmaiam trabalhando e alguns são demitidos por isso."

Essa é a realidade dos operários do Comperj, o Complexo Petrolífero do Rio de Janeiro. Quem relata é o operário, jovem e negro, Thiago. Há cinco anos trabalhando na obra, ele recebe um salário base de R$ 1.150. Sua revolta o levou a participar das greves contra as péssimas condições de trabalho.

A dura realidade enfrentada pelos operários do Comperj nos leva a questionar. Como está o operário ou a operária lá nos rincões da Amazônia, no meio do canteiro da obra de Belo Monte? Quanto ele ganha? Há quantos meses ele ou ela não vê sua família?

Após tomar sol um dia inteiro, varrendo as ruas do Rio de Janeiro, carregando a fadiga no corpo e o peso de ser invisível como ser humano, já imaginou como anda a cabeça de uma mulher gari, quando volta pra casa? Coloque-se no lugar de um cobrador ou motorista de ônibus que, de norte a sul do país, tem descontos nos seus salários, referentes a valores levados em assaltos dos quais são vítimas. Como deve viver um vigilante, que por anos transporta valores para os bancos, arriscando sua vida e ao final do mês, ganha cerca de 1,5 salário mínimos na carteira?

Dá pra imaginar como está vivendo a maioria dos trabalhadores do país? Os trabalhadores brasileiros seguem sem poder educar seus filhos, sem desfrutar de cultura e lazer e, o que é pior, depois de pagar o aluguel, o que sobra mal está dando pra comer. Esses mesmos homens e mulheres, que carregam o país nas costas, "rezam" pra que ninguém da família adoeça. Sabem que a saúde pública é um caos e que, se a coisa for grave, vão ter que penar nas macas empilhadas nos corredores dos hospitais. Enquanto isso, ignorando a realidade de quem vive do trabalho, o governo e a televisão não param de falar que o nosso país é 7ª economia do mundo, que temos pleno emprego, que o Brasil mudou e que. agora. temos uma Copa com estádios de luxo. ■

OPERÁRIOS CRUZAM OS BRAÇO. *Greve desse ano teve adesão de 15 mil trabalhadores.*

Raio X da precarização

Entre 2000 e 2010, foram criados 20 milhões de postos de trabalho formais com salários de até 1,5 salário mínimo apenas. Dentre estas profissões, as que tiveram maior expansão foram as de serviço (1,6 milhão), trabalhadores do comércio (2,1 milhões), da construção civil (2 milhões), da indústria têxtil e de vestuário (1,3 milhão) e do atendimento público (1,3 milhão).

A alta rotatividade nestes postos de trabalho, junto com a contratação em massa por empresas terceirizadas, fizeram com que os direitos destes trabalhadores fossem reduzidos. Quem ganhou com isso foram as grandes empresas que pagaram menos e com menos direitos. No estado de São Paulo a indústria demitiu 85 mil trabalhadores, jogando eles no setor informal e na precarização.

Nove de cada dez trabalhadores pobres são demitidos a cada ano e se contrata um novo empregado, como forma de se manter o baixo salário. Mais da metade do total de postos terceirizados são ocupados por mulheres e 40% são negras.

Luta. Movimento operário está construindo uma alternativa de direção

É contra essa dureza da vida que nasce a força pra lutar. Essas e inúmeras outras categorias explodem em greves e rebeliões de base, buscando melhorar suas condições de vida e de trabalho. Nessa luta, esses trabalhadores têm enfrentado todo tipo de obstáculos. Mas não desistem: passam por cima de sindicatos pelegos, enfrentam decisões da (in)justiça e encaram demissões, perseguição e repressão policial.

Em cada greve surgem comandos ou comissões de base, movidos pela indignação com as condições a que estão submetidos. Ao verem seus "velhos" dirigentes sindicais nas mãos dos patrões ou dos governos, lutam e vão em busca de uma alternativa de direção. Nessa caminhada têm encontrado na CSP-Conlutas um ponto de apoio e o espaço para a construção e consolidação de uma nova ferramenta que unifique a classe em seu combate e alimente a retomada dos sonhos de um sindicalismo classista, democrático e independente dos patrões e dos governos.

Após foze anos de governo do PT, só quem tem se dado bem, mesmo, são as empreiteiras, os bancos, os latifundiários e as multinacionais. Todos financiam as campanhas eleitorais desse partido e também do PSDB, do PMDB, do PSB.

Precisamos intensificar e unir nossas lutas, fortalecer alternativas de direção para as nossas mobilizações, e construir um partido revolucionário da classe operária que busque canalizar nossa indignação contra os ricos e seus governantes. Neste ano, em que teremos eleições em nosso país, essa luta se expressará na candidatura de um operário para a presidência da República que não mudou de lado. Por isso #tôcomZé!

AO LADO, *Zé Maria fala durante greve dos trabalhadores de Cubatão (SP). Abaixo, ato do encontro 'Na Copa vai ter luta', organizado pela CSP-Conlutas e outras organizações..*

Quem produz a riqueza do país?

Trabalho. Do alfinete ao avião, tudo é produto do trabalho da classe trabalhadora.

Mariucha Fontana
de São Paulo
Nazareno Godeiro
do ILAESE

No dia a dia, na televisão, nas falas dos governos e políticos, desde cedo, na família ou na escola, é reforçada a ideia de que com esforço e estudo podemos subir na vida. Parece até que o emprego que custamos conseguir é dádiva do patrão ou do governo, a quem devemos agradecer por nos dar um trabalho

Somos também levados a pensar que se conseguimos comprar geladeira, micro-ondas, televisão de plasma, celular, computador, I-pad, um tênis importado, uma roupa da moda, uma moto ou um carro, viramos "classe média". Aí ralamos um pouco mais, conseguimos um crédito no FIES, fazemos uma faculdade paga à noite e por esse caminho do esforço individual vamos subir na vida e, quem sabe, até virar patrão ou patroa.

Esse pensamento é muito comum, mas é falso. Essa ideia esconde a verdade da exploração. É que ela fica bem escondida atrás das mercadorias, do lucro e da grande propriedade dos patrões: industriais, banqueiros, ruralistas, comerciantes e do Estado e governos que os protegem. Mas, quando desvendamos esse esconderijo e descobrimos a verdade, sentimos toda injustiça do mundo e nos indignamos. ■

Mais-valia. A exploração dos trabalhadores na ponta do lápis

Vamos tomar um exemplo de um operário ou operária da Vale, uma das maiores empresas de mineração do mundo, mas que pode ser aplicado em qualquer fábrica. A Vale que já foi uma estatal brasileira, hoje é uma empresa privada, com maioria dos acionistas estrangeiros. Possui em todo o mundo 83.286 funcionários diretos, dos quais 13% são mulheres.

A Vale faturou R$ 109 bilhões de reais em 2013 com a produção dos trabalhadores (R$ 1.315.086,75 por trabalhador) e gastou com salários, encargos e benefícios R$ 10 bilhões de reais.

Um operário ou operária da Vale recebeu, aproximadamente:

R$ 22.100,00
em salário no ano
(13 x R$ 1.700,00)

R$ 22.100,00
em encargos sociais
(13 x R$ 1.700,00)

R$ 10.030,00
de PLR (correspondente a 5.9 salários)

No total, recebeu no ano:
R$ 54.230,00

No total, produziu no ano:
R$ 1.315.086,75

Em uma jornada de **40 horas**

6h30min
de trabalho por mês são suficientes para pagar o salário, ou seja, **menos de 1 dia de trabalho**.

Todo o resto fica para o patrão

Dessa montanha de riqueza produzida pelo trabalho dos trabalhadores, já descontados seus salários, o patrão paga uma parte ao banco, outra em impostos e outra na reposição de matérias primas e manutenção da empresa. O restante ele embolsa ou investe em mais exploração.

Então, toda riqueza do patrão e até os impostos que ele paga, é o trabalhador que garante com seu trabalho. Da mesma maneira, toda riqueza que o país produz, são os trabalhadores que produzem.

A necessidade de um governo dos trabalhadores sem patrões

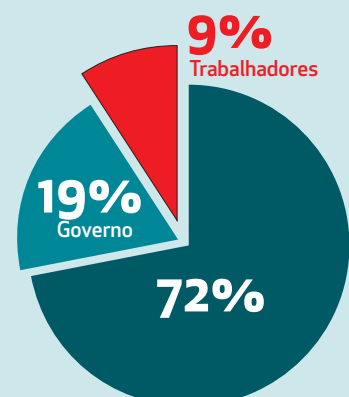
No final das contas, depois de produzir toda riqueza, mais de 90% dela vai para o bolso dos patrões, dos banqueiros e do governo.

Um exemplo possível de ser dado é juntando a produção das 290 maiores empresas do Brasil em 2011. Elas faturaram R$ 1,2 trilhões de reais, representando 27% de toda riqueza produzida no Brasil neste ano (ver gráfico ao lado).

Os patrões e banqueiros ficaram com 72% da riqueza, o governo com 19% e os trabalhadores com apenas 9%.

Os interesses do trabalhador e do patrão são inconciliáveis: o patrão luta para aumentar seus rendimentos com mais exploração. O trabalhador faz greve para aumentar seus salários, seus direitos, contra o desemprego e um sem fim de injustiças. É uma guerra de classes que só terá fim com o socialismo. Um sistema de igualdade, sem patrão e sem exploração.

O governodo PT diz que governa para todos, que concilia os interesses dos patrões com o dos trabalhadores. Mas isso não é verdade, um punhado de banqueiros, acionistas de multinacionais, industriais, ruralistas, empreiteiras e donos de supermercados levam o grosso da riqueza.

Só um governo dos trabalhadores, sem patrões, apoiado na classe trabalhadora unida, consciente e mobilizada pode garantir que o fruto do nosso trabalho seja revertido para acabar com a desigualdade social e garantir uma vida digna para a maioria explorada e oprimida.

Fonte: Maiores e Melhores da Exame – 2012 – Em base a 290 maiores empresas que forneceram dados de salários e encargos – elaboração ILAESE

Como se distribui a riqueza: dívida consome orçamento

Contradição. Como é possível um país tão rico ter serviços sociais tão precários, tanta pobreza e desigualdade social?

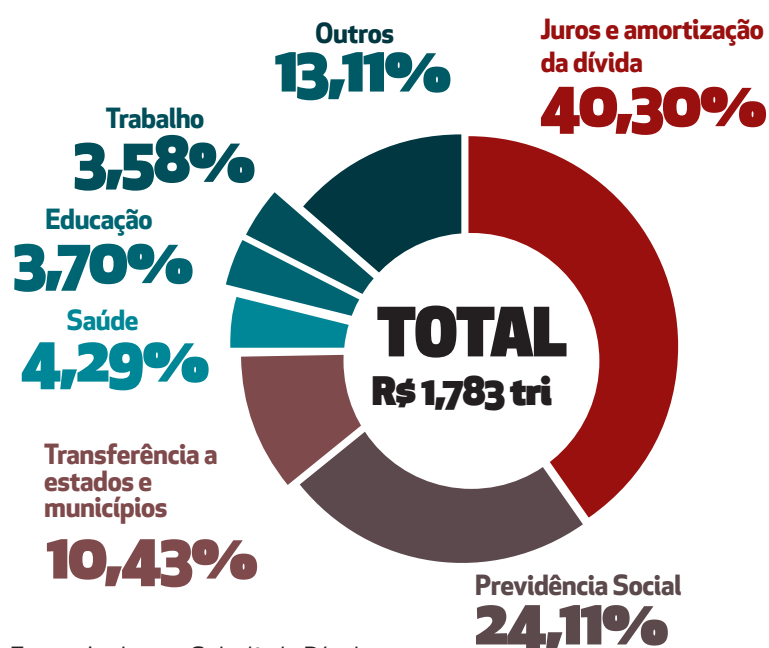
Daniel Romero
do ILAESE

Para quem vai o dinheiro arrecadado em impostos? Como é possível um país tão rico ter serviços sociais tão precários, tanta pobreza e desigualdade social?

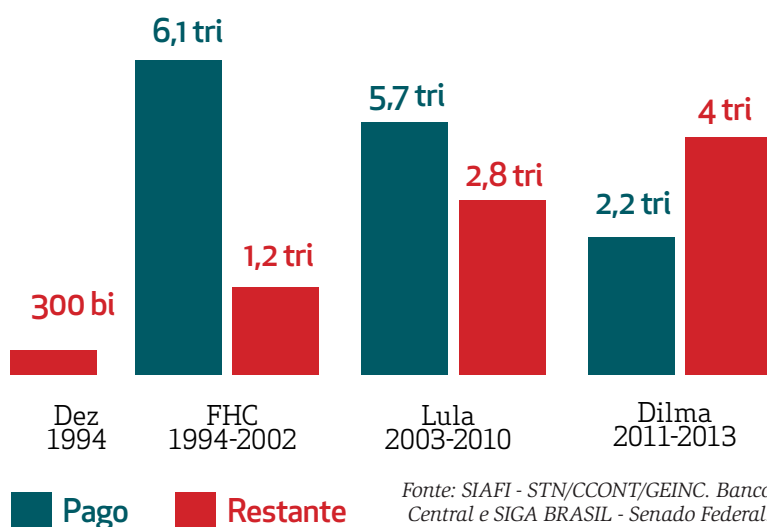
Os sucessivos governos repassam a maior parte do orçamento para os banqueiros, na forma de Dívida Pública, o maior roubo da riqueza que produzimos. Outra parte eles destinam para empresários na forma de subsídios ou isenção fiscal.

Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, o governo repassou, em 2013, para os banqueiros R$ 718 bilhões para pagar os juros da Dívida Pública. O pagamento dos juros da dívida consome mais de 40% de tudo que é arrecadado. Mesmo assim, a dívida não para de crescer. Só nos governos FHC, Lula e Dilma foram pagos R$ 14 trilhões, mas a dívida aumentou de R$ 300 bilhões, em 1994, para mais de R$ 4 trilhões, em 2013. O Brasil poderia ter construído 8 milhões de moradias a um custo de R$ 100 mil cada unidade, acabando com o déficit habitacional e ainda sobrariam 13 trilhões e 200 bilhões de reais!

O pagamento da dívida aos bancos impede que tenhamos serviços públicos de qualidade, que acabemos com a desigualdade social e com a dependência do país frente aos países imperialistas. Programas sociais limitados, como o Bolsa Família, significam uma ninharia perto do que o governo destina aos banqueiros.

Orçamento Geral da União 2013

Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida

Dívida: quanto mais paga, mais cresce...

Comparativo entre o que já foi pago e o restante da dívida pública nos governos FHC, Lula e Dilma (em R$)

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC. Banco Central e SIGA BRASIL - Senado Federal. Elaboração: ILAESE.

Quem paga imposto no país?

No Brasil, nós temos uma política de juros e um sistema de impostos que tiram dos mais pobres em favor dos mais ricos.

No ano passado, 36% de tudo que o Brasil produziu (PIB) foi apropriado pelo Estado na forma de impostos. Mas quem efetivamente paga estes impostos e financia o Estado? Segundo a Receita Federal, de tudo que o Estado arrecada, os impostos sobre a renda do capital representam apenas 15%. Todo o restante é pago pela renda do trabalho.

Mesmo os 15% que o patrão paga, saem da riqueza que nós produzimos para ele. Eles, ainda, repassam aos preços dos produtos os impostos que seriam deles, como ICMS, IPI ou ISS. Pagamos os impostos deles com nosso mísero salário quando compramos qualquer mercadoria. Já nossos salários são tributados na fonte pelo Imposto de Renda, em até 27% acima do piso.

O discurso dos empresários de que eles pagam muitos impostos é falso, porque somos nós, os trabalhadores, que financiamos o Estado. Todas as medidas adotadas pelos governos FHC, Lula e Dilma só reforçaram esta injustiça, pois aumentaram a carga tributária sobre os trabalhadores e deram isenções fiscais para o grande capital.

Juros altos só para os trabalhadores

A grande imprensa procura explicar o endividamento da população pela falsa idéia do descontrole do orçamento doméstico. Uma explicação até desrespeitosa com as famílias com rendimentos em torno de dois salários mínimos. O endividamento da população é fruto dos baixos salários e das maiores taxas de juros do mundo.

Em diversos casos, o financiamento pode triplicar o valor do produto e não há controle orçamentário que consiga resolver este roubo oficial.

Mas, os juros não são altos para todos. O governo Dilma, por meio do BNDES, concede taxas de juros de longo prazo subsidiadas por recursos públicos para o grande capital.

Exploração. Trabalhadores carregam patrões nas costas

É como se cada trabalhador sustentasse, no mínimo, três patrões ao mesmo tempo. Primeiro o dono da empresa, um ser que se mostra inútil e dispensável quando o trabalhador descobre que não precisa dele para organizar a produção.

Segundo, os banqueiros, mais inúteis ainda, que enriquecem na base da agiotagem, emprestam dinheiro que nem é deles com altas taxas de juros e são os responsáveis pelo endividamento dos trabalhadores e do país

O terceiro patrão representa um "consórcio de patrões", o governo, que recolhe a riqueza produzida por todos os trabalhadores na forma de impostos e transfere para o 1% mais rico, através de pagamento da dívida, isenções fiscais, taxas de juros subsidiadas e corrupção.

Para fazer justiça social é preciso um governo dos trabalhadores que tenha coragem de romper com banqueiros e capitalistas.

Submissão às multinacionais e perda de soberania nacional

Recolonização. Uma nova localização do Brasil no mundo neoliberal

Nazareno Godeiro
do ILAESE

Desde o final da década de 1980, se instaurou uma "nova ordem" mundial, como resultado do aumento da exploração dos trabalhadores, recolonização dos países pobres e restauração capitalista na União Soviética, no Leste Europeu e China.

A China se converteu na "fábrica do mundo", dominada por cerca de 400 mil empresas estrangeiras, que a utilizam como plataforma de exportação para dominar o mercado mundial.

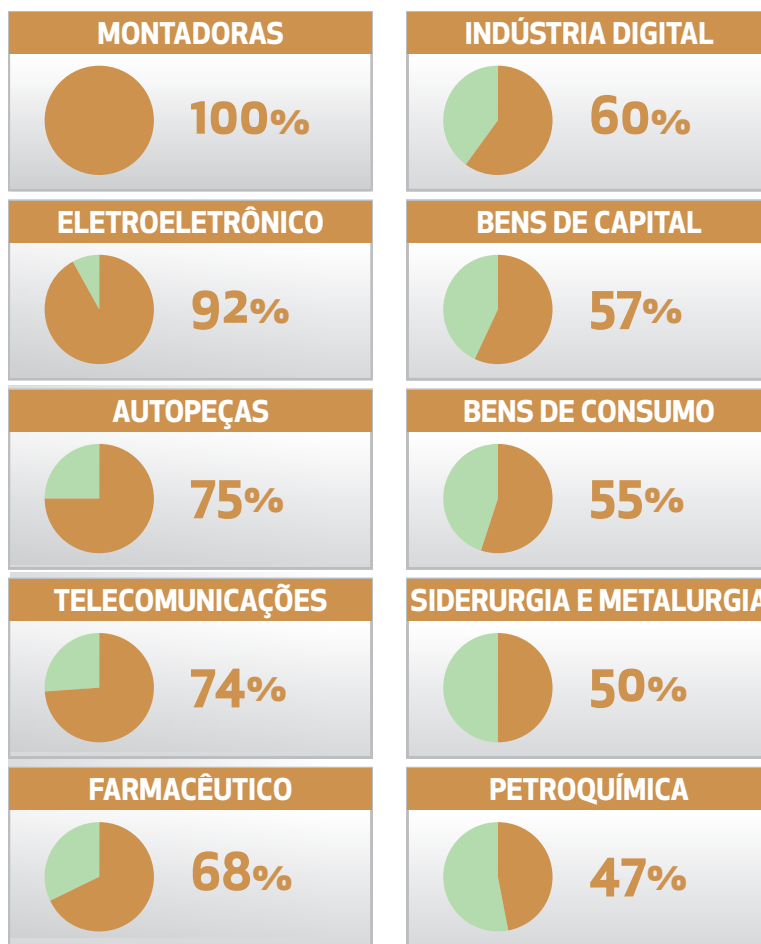
Retrocesso do Brasil

O Brasil viveu o mesmo processo de recolonização, que se localizou como fornecedor de matérias primas, alimentos e energia para o salto chinês.

FHC privatizou estatais e fechou milhões de postos de trabalho para diminuir o salário. Destruiu boa parte da indústria nacional, desnacionalizando-a.

Os governos do PT aumentaram a dependência do capital externo pelo país, que passou a controlar a indústria de base, o comércio (shoppings e grandes redes de supermercados) e o campo (agronegócio).

Um estudo realizado por pesquisadores suíços analisou 43 mil multinacionais e concluiu que 147 companhias controlam 40% da riqueza mundial. 75% destas empresas são bancos internacionais.

A desnacionalização da nossa economia é ainda pior, quando somamos as participações do capital internacional nas empresas brasileiras. Por exemplo, a Petrobras já tem 55% do seu capital dominado por estrangeiros: J.P. Morgan, BNP Paribas, Credit Suisse, Citibank, HSBC, BlackRock e outros. No agronegócio "brasileiro", 30 empresas dominam o complexo agroindustrial e mais de 70% delas são multinacionais. O capital estrangeiro também controla diretamente 62 bancos e tem elevada participação acionária nos demais.

Fonte: Revista Exame 500 Maiores e Melhores, 2012, elaboração ILAESE

A velha relação colonial está de volta

Nos primeiros 10 anos de governos do PT, a entrada de capital estrangeiro dobrou e a remessa de lucros para o exterior aumentou em quatro vezes (US$ 20 bilhões por ano).

O Brasil mudou boa parte da sua economia para se tornar uma espécie de "celeiro do mundo". O boom das matérias-primas, entre 2003 e 2013 catapultou o crescimento capitalista do país. Exportamos minério de ferro e importamos trilhos de trem, sete vezes mais caro. Exportamos óleo cru e importamos derivados de petróleo.

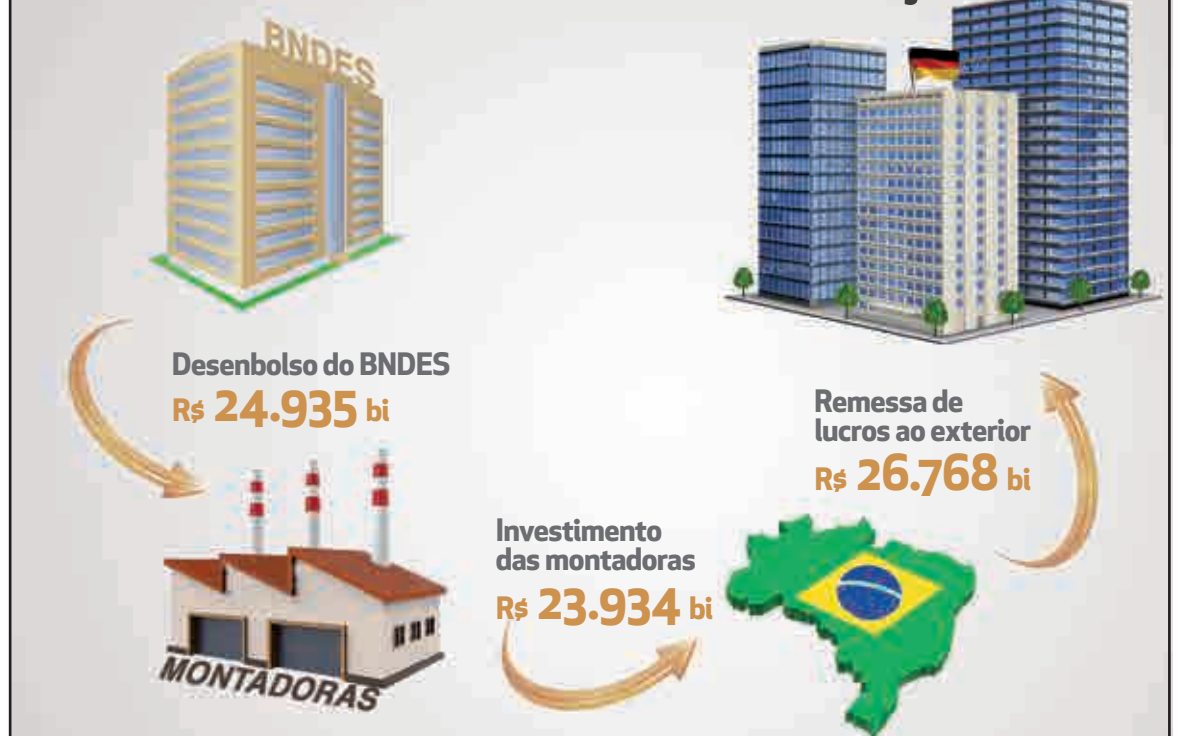
Agora, se iniciou a queda do preço das matérias-primas e, com isso, a crise econômica se aproxima do Brasil. Já há um déficit em torno de US$ 100 bilhões por ano entre o que o país exporta e importa.

Resistência. Só os trabalhadores podem fazer a segunda independência do Brasil

Segundo o PT, o Brasil é soberano, um Estado independente em vias de tornar-se um país desenvolvido. Nós opinamos o contrário. O Brasil é um país semicolonial dependente, em processo de recolonização. Uma submetrópole dominada pelas multinacionais, que usam o país como plataforma para dominar o mercado sul-americano.

Não há como resolver qualquer problema importante da economia brasileira sem romper com os bancos estrangeiros e com as multinacionais.

A burguesia brasileira é incapaz de lutar pela soberania porque é sócia minoritária do capital internacional na submissão do país. Só o proletariado pode garantir a soberania.

Se o governo petista não fosse submisso ao imperialismo e aliado dos patrões, imporia uma taxação pesada ao capital especulativo; proibiria a remessa de lucros de multinacionais para o exterior e as obrigaria a reinvestir os lucros no país. Caso elas recusassem tais medidas, o governo deveria nacionalizar e estatizar estas empresas, como também reconstruir um polo industrial estatal articulado e reordenar a economia do país em benefício da população trabalhadora.

Fonte: BNDES, Banco Central e Anuário da Indústria Automobilística Brasileira – 2012 – ANFAVEA – Elaboração ILAESE.

Para os estádios, padrão Fifa; para a saúde, padrão "fila"

Infra-estrutura. A falta de um adequado atendimento em saúde é considerada a principal deficiência do país, segundo pesquisas de opinião realizadas nos últimos anos no Brasil.

Simone Dutra, de Natal (RN)

A saúde é um direito de todos e dever do Estado. Contudo, na prática, o Sistema Único de Saúde (SUS), universal e estatal, não se efetivou devido a problemas de subfinanciamento, agravado pelos sucessivos cortes de verbas e a forte presença do setor privado, que transforma a saúde em mercadoria. O governo destina dez vezes mais verbas para o pagamento dos juros da dívida pública do que para a saúde pública.

Segundo o IBGE (2013) 75% dos brasileiros utilizam o SUS. O povo sofre nas filas de espera, com a falta de profissionais e especialistas; com a dificuldade para marcar procedimentos, como exames e cirurgias; a precária infraestrutura; a falta de acesso a medicamentos e a precarização do trabalho, dentre outras mazelas.

Já os ricos têm excelentes hospitais, consultórios particulares e planos de saúde que cobrem todo tipo de tratamento. A saúde privada é subsidiada pelo governo, pois ainda podem abater estes gastos do imposto de renda, sem nenhum limite. E assim que funciona o sistema capitalista e os governos nada fazem para mudar esta realidade. Pergunte para algum empresário ou parlamentar se ele aceita trocar seu plano de saúde pelo atendimento no SUS, ou mesmo, por algum plano de saúde que um trabalhador consiga pagar?

Propostas. A saúde que o Brasil precisa

A defesa do SUS está na ordem do dia, pois os trabalhadores padecem e morrem sem atendimento cotidianamente. Para garantir esse direito, são necessárias mudanças radicais! Um programa de classe, anticapitalista e socialista para a saúde pública no Brasil, com o objetivo de aplicar um plano de resgate do SUS.

Caos na saúde é no país inteiro.

Investir 10% do PIB em saúde

Para viabilizar o SUS 100% estatal, público e de qualidade, é necessário aplicar 10% do PIB na saúde pública. O Brasil investe em saúde pública abaixo da média de outros países. Em 2013, o investimento correspondeu a apenas 3,7% do PIB. A Desvinculação de Receitas da União (DRU) foi prorrogada até 2015. Essa medida permite ao governo desviar até 20% do orçamento da Seguridade Social. A votação da Emenda 29 não trouxe mais recursos para a saúde ao não regulamentar o piso de gastos do orçamento federal. A promessa dos 25% dos royalties do Pré-sal para a saúde acrescentará apenas 0,4% do PIB para saúde, até 2022.

Fim de todas as formas de privatização

Pela revogação de todas as leis privatizantes da saúde, rumo à estatização do sistema. O setor privado corrói o SUS desde a sua criação através de contratos ilegais e superfaturados, cooperativas, terceirizações, quarteirizações e modelos de gestão privatizantes como as Organizações Sociais, Fundações Estatais de Direito Privado e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Outras formas são os subsídios para barateamento e expansão dos planos privados, a mudança constitucional que abriu o mercado nacional para seguradoras estrangeiras e o "perdão" das dívidas dos hospitais filantrópicos. Precisamos de uma total inversão deste rumo e reestatizar todos os serviços privatizados com a estratégia de chegar ao SUS 100% estatal.

Fim da precarização do trabalho na saúde.

A terceirização, os contratos precários e a desregulamentação de direitos trabalhistas e previdenciários se ampliaram na saúde a partir das reformas neoliberais. A regulamentação do teto de 30 horas semanais, apesar de ter sido uma promessa eleitoral, não foi cumprida pelo governo Dilma; assim como a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do SUS. O trabalhador da saúde sofre com doenças ocupacionais e coloca em risco os pacientes, pois acumula uma jornada de trabalho estafante.

Pela construção de conselhos populares de saúde

Os conselhos devem ser classistas, autônomos e independentes dos governos e dos empresários. O controle social do SUS existe na lei, porém, na prática, é uma farsa, sendo um espaço de cooptação de ativistas e movimentos sociais. Só um verdadeiro controle popular poderá exercer uma fiscalização adequada e inibir a corrupção no uso de verbas, além de estabelecer as prioridades de atendimento e prevenção nas diferentes regiões do país.

Contra toda forma de opressão na saúde

É necessário ter políticas de saúde que respondam às necessidades das mulheres, negros e negras e LGBTs, que se se enfrente com toda forma de opressão e discriminação, seja de gênero, racial ou devido à orientação sexual.

Secretaria Nacional da Juventude

Desde o ano passado, a juventude brasileira mostrou para o mundo que não está satisfeita com a sua vida e, menos ainda, com as perspectivas para seu futuro.

As bolsas de estudo nas universidades privadas, além de evidenciar a transformação da educação em mercadoria, não garantiram a prometida ascensão social para aqueles que tiveram a sorte de ganhar um diploma.

A maior oferta de emprego para a juventude foi à custa de contratos temporários e retirada de direitos. As jovens mulheres, os negros e LGBTs têm sofrido cada vez maiores índices de violência. Toda essa realidade ficou mais evidente a partir das Jornadas de Junho e fez a juventude lutar. Nas ruas, aprendemos que nossa vida não melhorará a partir de favores ou promessas dos políticos e, sim, a partir da nossa própria luta.

Desconfiar é preciso

Nós jovens estamos desconfiados, não só com os governantes de carne e osso, mas também com todo o sistema político. Fazemos parte das mais que 70% das pessoas que desconfiam da polícia e mais que 80% das que não acreditam no Congresso Nacional.

Não acreditamos nessa política, das cúpulas e da burocracia. Não acreditamos nesse regime que chamam de democracia, mas que só serve aos ricos e brancos. Eles tentam governar nos convencendo que somos nós que escolhemos o futuro através do voto e usam a força das ideias, da mídia, das escolas e universidades para nos domesticar.

Bombas e repressão

Mas quando esses mecanismos ideológicos falham, os governos e os donos do poder não pensam duas vezes antes de usar outro tipo de força: a das bombas. Por isso, nosso militante Murilo foi agredido com métodos de tortura e o companheiro Matheus e centenas de outros jovens estão indiciados criminalmente por lutar. Porque, para a elite dominante, valae tudo pra manter a sociedade do jeito que está. Vale tudo pra garantir a propriedade privada e os privilégios das empreiteiras e das empresas imperialistas como a Fifa, para quem infelizmente o PT governa, assim como os partidos da direita. ■

Partido. Venha construir uma alternativa operária e revolucionária!

Sabemos que as reais mudanças não virão do voto. Nossos sonhos não cabem nas urnas. Não temos dúvidas disso. Mas é muito importante fazer a disputa da consciência com as nossas ideias e fortalecer o projeto socialista para o país. Por isso, nós, da Juventude do PSTU, apresentaremos nossos candidatos e teremos muito orgulho de fazer campanha pro Zé Maria e pra Claudia Durans.

Fazer campanha para um operário como o Zé e uma mulher negra, como a Cláudia, não é um detalhe para nós. Temos consciência de que as mudanças profundas de que necessitamos só serão feitas por aqueles que constroem as riquezas com o trabalho. Como foi dito no seminário nacional que debateu o programa de Zé Maria: *"Nós, trabalhadores e trabalhadoras fazemos o Brasil funcionar. Nós podemos e devemos governar o país."*

Aliança fundamental

Por isso, a aliança operária -estudantil faz parte da nossa concepção: os estudantes sabem que devem estar sempre de mãos dadas com os trabalhadores, se quiserem obter vitórias de verdade. Como também incentivamos os jovens que estudam e trabalham, vítimas de empregos precários ou de desemprego, a terem confiança na força da sua classe, se organizar e lutar pelo seu futuro.

Queremos mudar o mundo

Chamamos a juventude a construir conosco outro projeto de país; de ruptura com a lógica de governar para os ricos e poderosos. Queremos mudar o mundo e te chamamos a fazer isso junto conosco! Venha ajudar a construir um projeto operário e socialista! Venha construir a Juventude do PSTU!

Queremos a revolução!

Para mudar essa lógica, é necessário se mobilizar. O capitalismo é um sistema muito injusto. No mundo, menos que 30 milhões de pessoas concentram 12 vezes mais riqueza que 3,2 bilhões de habitantes do planeta juntos. Aqui no Brasil, 124 pessoas (sim, pessoas!) possuem 544 bilhões de reais, que equivalem a 12,3% de toda a riqueza que o país produz. Tudo isso garantido com a exploração da grande maioria por um punhado de privilegiados. Isso não está certo...

A Juventude do PSTU não tem dúvida: pra mudar realmente o país e o mundo precisamos de uma mudança muito radical, que acabe com esse sistema capitalista injusto e assassino e construa uma nova sociedade, sem exploração e opressão: o socialismo. Precisamos de uma Revolução. Por que não?

Caos na educação tem como maior vítima os trabalhadores

Gilberto P. de Souza
de São Paulo (SP)

Em 2011, primeiro ano do governo de Dilma Rousseff, nosso país foi alçado à condição de sétima economia do planeta. Mas, ao olhar a situação da educação, a notícia não empolgava ninguém. Isso porque o Brasil foi classificado em 88º lugar no ranking da UNESCO. Ou seja, a nossa educação é uma das piores do planeta.

A escolaridade média no Brasil equivale a pouco mais de sete anos, segundo o IBGE, equivalente a do Zimbábue, país que foi "eleito" - segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU - o pior lugar do mundo para se viver.

Possuímos, segundo o IBGE, 13,2 milhões de analfabetos que correspondem a 8,6% da população com 15 anos ou mais de idade e considerando os negros, o índice dobra. Temos, segundo o IBGE, 27,8 milhões de analfabetos funcionais, pessoas que passam pela escola e não sabem ler e escrever com correção, o que corresponde a 18,3% da população com quinze anos ou mais de idade.

Ou seja, na sétima economia do planeta, 26,9% da população com mais de quinze anos não sabe ler e escrever – mais de um em cada quatro habitantes desse país. Isso afeta, sobretudo, a população negra e pobre do país.

Isso é o resultadode uma política deliberada do Estado brasileiro de mercantilizar a educação, criando um mercado de negócios educativos, da educação básica ao ensino superior.

Educação virou comércio

Esse mercado implica na transferência de alunos das escolas públicas para as privadas. Como demonstra o censo educacional do INEP/MEC, as matrículas na educação básica, entre 2002 e 2010, diminuíram 12,5% nas redes públicas, enquanto na rede privada aumentaram 5,2%. No ensino superior, no período 1994-2009, as matrículas cresceram 121% nas instituições públicas e 356% na rede privada; as instituições privadas de ensino superior receberam 4,4 milhões de alunos, enquanto as públicas receberam três vezes menos, 1,5 milhão.

Essa expansão do setor privado está sendo feita com dinheiro público. Uma série de Parcerias Público-Privadas (PPPs) na educação básica garantem a transferência de recursos públicos da educação ao Capital privado através da merenda escolar, uniformes, treinamento de professores, terceirizações de funcionários das escolas, material didático, reformas e construção de prédios escolares.

No ensino superior as fundações privadas estão ocupando espaços cada vez maiores na estrutura das universidades públicas. Utilizam o nome e recursos materiais e humanos dessas instituições para oferecer cursos privados cujos preços podem chegar a mais de US$10 mil ao mês.

Fundos privados, inclusive com participação de Capital internacional, passam a investir no mercado da educação. Os fundos Pátria e Kroton controlam duas das cinco maiores instituições privadas de ensino superior do país, a Anhembi Morumbi e a Anhanguera, com participação de capital externo.

Mecanismos como PROUNI e o REUNI legitimam a privatização do ensino superior. O primeiro garante compra de vagas ociosas nas universidades e faculdades privadas pelo governo para alunos que não podem pagar, negros e negras na sua maioria. O REUNI legaliza as fundações privadas que vendem cursos e manipulam verbas públicas nas universidades públicas.

O FIES, crédito educativo, permite que instituições financeiras participem nos negócios da educação superior. Bancos e instituições privadas de ensino lucram, cobrando juros pelos financiamentos e taxas e mensalidades escolares.

A consequência é a transformação de um direito da população, o ensino, o acesso ao conhecimento, numa mercadoria, num grande negócio.

Educação não é mercadoria

A mercantilização/privatização da educação está criando um apartheid educacional. Na educação básica, as melhores escolas são pagas, muito bem pagas; na educação superior, para entrar numa escola pública de qualidade é preciso passar pelo funil do vestibular, o que demanda investimento. Nas escolas privadas de elite fazem questão de cobrar mensalidades exorbitantes.

Tudo isso devidamente legalizado pelo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado no Congresso pelo governo Dilma.

Um programa socialista para a educação deve defender o ensino e o acesso ao conhecimento como um direito e não como serviço ou mercadoria. O que significa defender a estatização ou expropriação sem indenização de todas as instituições privadas de ensino. Enquanto a burguesia puder matricular seus filhos nas escolas privada, não haverá escola pública de qualidade na educação básica; devemos exigir também o fim do vestibular e a garantia de vagas para todos no ensino superior público.

Para combater o abismo que separa negros e brancos também no sistema educacional, defendemos cotas raciais, além das sociais.

Para que haja verbas para a universalização da educação pública e estatal em todos os níveis, lutamos pelo não pagamento da dívida pública; por 10% do PIB, já, para a escola pública; contra o PNE do governo; pela mais ampla democracia nas escolas e pelo controle da população sobre as verbas e funcionamento das escolas.

16 propostas para construir um Brasil para os trabalhadores

Da Redação

Entre os dias 14 e 15 de junho, o PSTU realizou, em São Paulo, a Convenção Nacional e o Seminário de Programa que apresentará nessas eleições através das candidaturas Zé Maria à presidente e Cláudia Durans à vice. O seminário contou com cerca de 500 pessoas, entre militantes e ativistas de todo o país, além de delegações como a de operários do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio), de garis de São Gonçalo (RJ), trabalhadores rodoviários do Rio e de metalúrgicos de São José dos Campos (SP).

Doze grupos temáticos discutiram os temas específicos , reunindo, lado a lado, operários, estudantes, intelectuais e militantes que debateram de forma democrática as propostas para mudar o país.

Confira a seguir 16 propostas para construir um Brasil para os trabalhadores:

1 Romper com a dívida pública

Até maio, o pagamento dos juros da dívida externa e interna já consumiu R$ 460 bilhões, segundo a Auditoria Cidadã da Dívida. Isso representa 54% de todos os gastos do governo federal. O pagamento da dívida impede que sejam investidos mais recursos em áreas como saúde, educação, transporte e reforma agrária. Para mudar o Brasil, a primeira coisa que deve ser feita é parar de pagar essa dívida.

2 Estatização do sistema financeiro

É necessário estatizar todo o sistema financeiro, acabando com a farra dos bancos, que lucram ao custo do endividamento dos mais pobres. Seria possível, assim, acabar com os juros altos, ter o controle de capitais externos e impedir a fuga do capital especulativo, assim como a remessa de lucros das grandes multinacionais para fora do país.

3 Reestatização das empresas privatizadas

Anulação de todas as privatizações realizadas durante os últimos governos neoliberais. Um marco desse processo de desnacionalização e entrega do patrimônio nacional ao capital privado e estrangeiro foi FHC, que entregou empresas que até então eram verdadeiros símbolos nacionais, como a Vale do Rio Doce, vendida por R$ 3,3 bilhões, em 1997, ou seja, um valor bem menor que os lucros anuais obtidos pela mineradora. Defendemos a reestatização dessas empresas, sem indenização e sob controle dos trabalhadores, para que possam servir aos interesses do país e da grande maioria da população.

4 Anulação do leilão do Pré-Sal, por uma Petrobras 100% estatal

O governo Dilma iniciou a privatização do Pré-Sal, entregando o megacampo de Libra, a preço de banana, às multinacionais do petróleo. A desnacionalização do petróleo brasileiro se dá juntamente com o processo de privatização da Petrobras. O PSTU defende a anulação do leilão do Pré-Sal e de todos os campos entregues às multinacionais e uma Petrobras 100% estatal sob controle dos trabalhadores.

5 Aumento dos salários e congelamento dos preços

A inflação diminui os salários dos trabalhadores. O aumento dos preços, sobretudo dos alimentos, atinge principalmente os mais pobres. A inflação funciona, na prática, como uma redução salarial por parte dos patrões, um tipo de confisco de parte dos salários dos trabalhadores através do preço dos produtos. Para enfrentar a inflação, defendemos aumento geral dos salários e o congelamento dos preços dos produtos.

6 Reforma e revolução agrária

Uma verdadeira reforma agrária, que esta paralisada no governo Dilma, poderia garantir alimentos para a população a um preço mais barato, além de garantir terra aos sem-terras. Para isso, é preciso enfrentar o latifúndio e o agronegócio.

7 Redução da jornada de trabalho

Nos anos de crescimento econômico, os governos do PT poderiam ter acabado com o desemprego. No entanto, a quase totalidade dos novos postos de trabalho criados nos últimos 10 anos são empregos com os salários mais baixos e piores condições de trabalho. Os trabalhadores de setores como a indústria, por exemplo, sofrem com jornadas extenuantes e aumento das horas extras. Reduzindo a jornada de trabalho das atuais 44h para 36h semanais, sem redução nos salários, abriria novos postos de trabalho e melhoraria as condições de trabalho dos já empregados.

8 Estatização dos transportes

O principal problema que fez explodir os protestos de junho foi o caos e a precarização do transporte público que, além de ser um dos mais caros do mundo, submete a grande maioria da população e os trabalhadores a um inferno diário. Isso é causado pela lógica privada do serviço, que beneficia os lucros das grandes concessionárias. Só um transporte estatal, sob controle dos trabalhadores, pode garantir um serviço barato, a preço de custo, de qualidade e rumo a tarifa zero.

9 Fim das isenções às grandes empresas

Ao mesmo tempo em que faltam recursos à saúde e à educação, sobra dinheiro para as grandes empresas, sem qualquer tipo de contrapartida. As montadoras, por exemplo, gozam de isenções e subsídios, demitem quando querem e são campeãs em remeter lucros ao exterior. Só em 2013, por exemplo, mandaram mais de 3 bilhões de dólares para fora.

10 Educação pública e de qualidade

Embora o Brasil esteja entre as maiores economias do mundo, a educação pública está à mingua. Enquanto bilhões são destinados, todos os meses, para os banqueiros, as escolas estão caindo aos pedaços. Lutamos por 10% do PIB para a Educação já e não em 10 anos como prevê o Plano Nacional de Educação do governo.

11 10% do PIB para a Saúde

A saúde pública definha por conta da privatização dos serviços e a falta de investimentos públicos no setor. Em geral, o país gasta apenas o equivalente a 3,5% do PIB com saúde, sendo que o mínimo necessário para um serviço público universalizado seria o dobro disso. Defendemos a aplicação de 10% do PIB para a saúde, recursos esses que poderiam vir do fim do pagamento da dívida pública.

12 Plano de obras públicas para garantir moradia e emprego para todos

O país viveu, nos últimos anos, um verdadeiro boom imobiliário. Nunca as empreiteiras e construtoras lucraram tanto. Mesmo assim, persiste o dramático déficit habitacional em torno de 7 milhões de moradias. Defendemos um plano de obras públicas para a construção de moradias dignas, saneamento básico e que possa ao mesmo tempo avançar no combate ao desemprego.

13 Saneamento básico para todos

Em pleno século 21, o país tem enormes áreas sem saneamento básico. Na região Norte, que tem os maiores rios do mundo, somente 13% das cidades contam com redes de esgoto. No Pará, só 6,3% das cidades contam com o serviço. Isso se reflete em inúmeros problemas de saúde e mortalidade, sobretudo infantil. É preciso investimento maciço em saneamento básico para todos.

14 Não à criminalização das lutas e greves, desmilitarização da PM

O país vive uma onda de lutas e greves. Os governos, a Justiça e a polícia reprimem e criminalizam os movimentos. Milhares de ativistas foram detidos e centenas estão sendo indiciados. Trabalhadores em greve são brutalmente reprimidos como os metroviários de São Paulo, em que 42 trabalhadores foram demitidos e as contas do sindicato bloqueadas. Não à criminalização! Lutar não é crime! Reintegração dos demitidos, já! Fim das perseguições e processos! Fim da PM, por uma polícia civil unificada controlada pela população.

15 Contra o racismo, o machismo e a homofobia

O capitalismo utiliza as opressões para explorar ainda mais enormes setores da classe trabalhadora. O racismo, o machismo e a homofobia, além de dividir a classe, são usados para aumentar os lucros do capital, além de significar, para esses setores, uma brutal violência diária, seja pelo preconceito e discriminação, seja pela repressão policial. Defendemos o combate a toda forma de opressão. Pela aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha, o fim do genocídio da juventude negra e a criminalização da homofobia.

16 Prisão e confisco dos bens de corruptos e corruptores

A corrupção está no DNA do capitalismo. Ela nasce antes mesmo das eleições, quando as grandes empresas, bancos e empreiteiras pagam milhões para as campanhas dos grandes partidos. Uma vez eleitos, eles beneficiam essas mesmas empresas. Defendemos a prisão e o confisco dos bens dos políticos corruptos, e, também, de seus corruptores, ou seja, as empresas que se beneficiam com esses crimes.

No PSTU, bancos e empresas não metem o bedelho

Enquanto os outros partidos são financiados por grandes empresas, bancos e empreiteiras, que depois vão cobrar todas as doações milionárias através de políticas que as favoreçam, o PSTU é totalmente financiado pelos seus próprios militantes e simpatizantes. Não aceitamos dinheiro de empresas. Isso garante ao partido a independência dos patrões e do governo para defender um programa socialista, que defenda os interesses dos trabalhadores e da juventude.

O transporte público no Brasil é um sufoco!

Caos no transporte público tem origem na privatização e no domínio que as grandes empresas têm sobre todos os governos.

Romerito Pontes

GREVE DOS METROVIÁRIOS *parou São Paulo para denunciar o sufoco no transporte público na cidade*

Narciso Soares
de São Paulo (SP)

O caos nos transportes nas cidades brasileiras é sentido diariamente pela população trabalhadora. Quase 40% das pessoas nas cidades com mais 60 mil habitantes são obrigados a fazer deslocamentos superiores a três quilômetros a pé, por causa do alto preço das tarifas. Além disso, enfrentam longa espera nos pontos de ônibus e viajam em verdadeiras "latas de sardinha", tamanha a superlotação. A mesma superlotação ocorre nos trens e metrôs nas grandes cidades. Quem não utiliza o transporte público também é afetado pelo caos dos congestionamentos gigantes, perdendo horas para percorrer pequenas distâncias.

Privatizações não é a solução

Esse sufoco é sentido diariamente. Não é à toa que nas jornadas de junho de 2013 este foi o tema que deu origem às grandes manifestações. Os trabalhadores desse setor também vêm se mobilizando, pois o sufoco também se reflete numa piora das condições de trabalho, em especial com a privatização, para os trabalhadores dessas categorias, em especial rodoviários e metroviários.

> Esse sufoco é sentido diariamente. Não é à toa que nas Jornadas de Junho de 2013 este foi o tema que deu origem às grandes manifestações.

Todo esse caos tem origem na privatização e no domínio que as grandes empresas têm sobre todos os governos, desde o federal, passando pelos os governadores e chegando até os prefeitos.

A começar pelas grandes empresas automobilísticas (de motos, automóveis, ônibus e caminhões) que, desde a década de 1950, impõem o transporte rodoviário, que chega a custar até cinco vezes mais que o ferroviário, como prioritário. Também, as petroleiras exercem sua vontade ao priorizar essa forma de transporte. Isso provoca, em parte, o sufoco que enfrentamos diariamente.

Máfias dos transportes

Além disso, no transporte coletivo (também por influência das máfias dos ônibus, setor totalmente privatizado) 89% das viagens são feitas por ônibus e só 11% sobre trilhos. Essas máfias também impõem tarifas exorbitantes para garantir seus altos lucros. Só em São Paulo essas empresas chegam a lucrar R$ 1 bilhão ao ano.

A privatização também traz uma piora significativa na qualidade, como nas empresas de ônibus e o metrô do Rio de Janeiro, por exemplo, que foram privadas e tiveram uma piora significativa na qualidade e têm, hoje, a tarifa mais cara do Brasil.

Você sabia?

Existe solução para o transporte público

Para mudarmos essa situação é necessária a estatização de todo o transporte coletivo: ônibus, trens e metrôs. Assim, seria possível romper com as máfias do transporte, priorizar o investimento no transporte sobre trilhos e ter uma politica de redução de tarifa, rumo à tarifa zero.

Com o investimento de apenas 2% do PIB seria possível, em quatro anos, triplicar as linhas de metrôs e trens nas grandes cidades, fazer uma rede de trens entre as principais cidades de cada estado e entre os estados.

O transporte tem que estar a serviço dos trabalhadores e não de pequenos grupos de grandes empresários que, para garantirem seus lucros, fazem toda a sociedade sofrer com o sufoco nos transportes.

A cidade para os trabalhadores

Helena Silvestre
de São Paulo (SP)

Não é de hoje que acompanhamos as mudanças que ocorrem nas cidades. O aumento do trânsito, da violência, a precariedade de serviços públicos (como educação e saúde) a privatização do transporte e o imenso problema da moradia são alguns dos problemas enfrentados pelos trabalhadores, particularmente os negros e negras.

Os alugueis estrangulam o salário e obrigam o trabalhador a viver cada vez mais longe dos lugares onde há trabalho.

Tudo isso acontece porque no capitalismo, o desenvolvimento das cidades obedece a um só interesse: o lucro dos ricos e dos patrões. Aqueles que nos exploram no nosso local de trabalho também construíram maneiras de nos explorar em todas as partes de nossa vida: da água que bebemos ao esgoto tratado que pagamos, mas não temos.

A moradia é um dos bens mais sonhados pelo trabalhador. Algo pelo qual ele está disposto a trabalhar uma vida inteira, pois quer garantir uma morada para o futuro dos filhos. Só que a superconcentração das terras e propriedades imobiliárias nas mãos de meia dúzia vão afastando o sonho da casa própria para o impossível ou, na melhor das hipóteses, para as periferias bem distantes.

> “É possível e necessário uma reforma urbana radical que traga o desenvolvimento urbano para um modelo onde as pessoas sejam mais importantes que o lucro.

O que fazem os governos?

Todos os governos agem como capachos dos ricos e não resolvem nenhum problema, nem o da reforma urbana, nem o da moradia.

Existem mais imóveis vazios do que famílias sem teto. Em São Paulo, por exemplo, há 130 mil famílias sem teto enquanto 290 mil imóveis se encontram vazios. Estes números se repetem em várias outras capitais e deixam claro que os governos não fizeram a necessária reforma urbana.

O órgão do governo que administra os programas habitacionais para a construção de casas populares é um banco, a Caixa Econômica Federal. Por aí vemos que algo está errado. O que é que um banco tem a ver com a garantia do direito humano básico à moradia? Aproveitando-se da falta de moradias populares, os governos criam programas que repassam milhões de reais dos trabalhadores (do FGTS, diga-se de passagem) para as empreiteiras e empresas do ramo imobiliário e construção civil. Desta forma, os trabalhadores se endividam cada vez mais, o preço dos imóveis só aumenta e o problema do déficit habitacional nunca se resolve. ■

Hoje, em São Paulo, existem **130 mil** famílias sem teto... < enquanto que existem **290 mil** imóveis desocupados.

O que pode ser feito com luta?

É necessário ter um projeto de cidade dos trabalhadores. Afinal, somos nós que construímos viadutos, pontes e edifícios. Podemos também construir um jeito para a cidade se desenvolver em um espaço que possa produzir felicidade e vida boa para todos e todas.

Os imóveis vazios precisam ser utilizados para finalidades sociais como moradias, creches, escolas, postos de saúde e centros culturais. Uma parte destes imóveis vazios poderia ser retomada pelo Estado que constituiria um “parque de casas públicas para aluguel social”. Como isso poderia funcionar na prática? Veja nos quadro ao lado.

Defendemos o confisco dos imóveis vazios que pertencem a pessoas jurídicas (CNPJ) com mais que sete imóveis; ou, ainda, confiscar a partir do oitavo imóvel pertencente às fortunas familiares maiores que R$ 5 milhões.

Ocupação Pinheirinho, em S. José dos Campos (SP) e Ocupação Wiliam Rosa, em Contagem (MG).

Ato do MTST em São Paulo (SP), maio passado.

Com os imóveis confiscados, o Estado poderia promover uma reforma urbana para que 80% deles fossem colocado para aluguel a um preço equivalente à prestação do Minha Casa Minha Vida (10% do salário). As famílias, em especial as negras, que ganham muito pouco e que não possuem moradia poderiam alugar essas casas a preços baixos.

Outra proposta que temos é a construção de uma Empresa Estatal de Construção de Casas Populares. Assim, as moradias que ainda precisassem ser construídas seriam feitas por uma empresa estatal e não repassaríamos dinheiro do povo para enriquecer empreiteiros e especuladores. Esta empresa, além disso, geraria empregos públicos para trabalhadores da construção civil.

Essas são algumas das propostas para construir uma cidade para os trabalhadores. É possível e necessário uma reforma urbana radical que traga o desenvolvimento urbano para um modelo onde as pessoas sejam mais importantes que o lucro. Uma reforma que valorizea vida digna para a classe trabalhadora. Mass só será possível conquistar um modelo completamente diferente de cidade, sob um governo dos trabalhadores, pondo fim À especulação imobiliária e expropriando as empreiteiras.

Combater a destruição ambiental é lutar contra o capitalismo

OSMARINO AMÂNCIO, *companheiro de Chico Mendes na luta contra a destruição da Amazônia pelo capitalismo. Hoje o seringueiro luta contra o neoliberalismo ambiental proposto por Marina Silva*

Jeferson Choma
da redação

O uso irracional dos recursos naturais tem provocado a destruição do meio ambiente em proporções gigantescas. Voltada para os lucros imediatos, a exploração capitalista se move por uma lógica de curto prazo, o que é incompatível com o tempo de recuperação da natureza. O resultado tem sido a contaminação do solo, do ar e da água, a devastação das florestas tropicais, o aumento da temperatura do planeta e o esgotamento dos recursos necessários à sobrevivência humana.

Brasil e meio ambiente

A submissão do Brasil à economia capitalista está por trás da destruição do meio ambiente. A demanda cada vez maior por matérias primas provocou a expansão da exploração da mineração e das monoculturas de soja, cana de açúcar, eucaliptos etc. O agronegócio avançou por todo o Cerrado e agora se expande para a Amazônia. Esse avanço fez com que o Brasil se tornasse o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Por aqui, é permitida a utilização até dos agrotóxicos que foram banidos em outros países. O resultado é a contaminação dos alimentos, da água e do solo por substâncias químicas maléficas à saúde humana.

A expansão da mineração tem provocado efeitos catastróficos. Além da Lei Kandir, que isenta de imposto a mineração voltada à exportação, o setor é beneficiado pela construção de hidroelétricas na Amazônia, como Belo Monte. O objetivo é produzir mais energia para alimentar e expandir projetos de mineração de bauxita, ferro e manganês. O projeto, agora, é construir no rio Tapajós mais cinco hidrelétricas, causando danos irreversíveis às comunidades que dependem do rio para sobreviver.

Em defesa dos nossos recursos naturais!

A maior ameaça ao meio ambiente, em particular a Amazônia, são os grandes projetos do governo em favor das multinacionais e do agronegócio. É preciso impedir a construção de outras hidroelétricas na região, por fim à Lei Kandir e impedir a biopirataria, revogando a lei de patentes.

No entanto, é preciso impedir o domínio das multinacionais sobre nossos recursos naturais. Para isso, propomos a criação de um monopólio da Estado sobre a exploração econômica dos recursos florestais e minerais.

Solução neoliberal 'para salvar' o planeta

O Banco Mundial e os governos estão propondo soluções que levam à mercantilização da natureza. A maioria das ONGs segue por essa via ao estimular "o consumo consciente" de produtos com selos de certificação. Assim, responsabilizam o indivíduo e não o sistema capitalista pela destruição ambiental.

Quando era ministra do Meio Ambiente, Marina Silva procurou favorecer o "mercado verde". Criou a lei de gestão de florestas públicas que permite a privatização das florestas, colocadas a mercê da ação "sustentável" de madeireiras, indústrias farmacêuticas e da biopirataria. Também assinou a lei que liberou o uso dos transgênicos.

No Brasil, a mercantilização da natureza se dá através de projetos de Créditos de Carbono, chamados de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD). Os créditos são negociados nas Bolsas de Valores e entre empresas que, por meio de sua compra, adquirem permissão para poluírem. Ou seja, sob o capitalismo a "sustentabilidade" tornou-se mais uma forma de especulação financeira.

O mais grave, segundo líder seringueiro Osmarino Amâncio, é que estes projetos *"impõem uma série de proibições aos moradores da floresta, impedindo que eles possam fazer seus roçados, tirar madeira para construir suas casas, oferecendo em troca uma miséria"*. Osmarino se refere ao pagamento da Bolsa Verde, em média de R$ 100 mensais, que acaba impedindo as práticas tradicionais realizadas por gente que nunca representou qualquer tipo de ameaça ao meio ambiente.

Não à privatização da natureza! Defender os povos da floresta!

A proteção das florestas depende principalmente de quem precisa dela pra sobreviver, como é o caso dos indígenas e das comunidades tradicionais. É preciso defender os povos das florestas que estão na mira dos ruralistas. Somos contra a PEC 215, que pretende transferir do Executivo para o Congresso Nacional a demarcação e homologação de terras indígenas e quilombolas do país. Não á PEC 215! Homologação, já, dos territórios indígenas e quilombolas!

Também é preciso impedir o avanço da mercantilização da natureza e revogar as leis que privatizam as florestas, minérios e a água.

Campo brasileiro precisa de uma reforma e uma revolução agrária

Questão agrária. Só a unidade dos trabalhadores do campo da cidade pode expropriar agronegócio e dar terra para quem trabalha

Da Redação

O campo no país passou por importantes transformações nas duas últimas décadas, com o surgimento do agronegócio e o complexo agroindustrial. O agronegócio é forma como o capitalismo se desenvolveu no campo, a partir da submissão do país no mercado mundial. Hoje, são os grandes bancos e empresas nacionais (como o Bradesco e a Votorantim) e multinacionais (como a Cargill) que mandam no campo, produzindo para exportação, em grandes propriedades, com máquinas modernas e sementes transgênicas.

Em 2013, o agronegócio representou 22,8% do PIB do país, e alavancou o superávit da balança comercial (quando o país exporta mais do que importa). Os governos do PT não mediram esforços para beneficiar o setor que cresce graças ao financiamento público garantido pelo BNDES. Entre 2003 a 2010 foram concedidos R$ 136,8 bilhões para financiar o setor. Além disso, o complexo agroindustrial passou por um processo de internacionalização. O capital nacional, que era dono de 90% dos empreendimentos, tornou-se sócio minoritário nos atuais negócios ou se converteu em seus gerentes de luxo.

Superexploração

O assalariado agrícola, que trabalha para as grandes empresas do agronegócio, é submetido a uma exploração extrema, com baixos salários e condições de trabalho absolutamente precárias. O agronegócio está longe de dispensar o trabalho do tipo degradante, semelhante à escravidão. Daí, a oposição da bancada ruralista, aliada do governo do PT no Congresso Nacional, em votar a Emenda Constitucional contra o trabalho escravo.

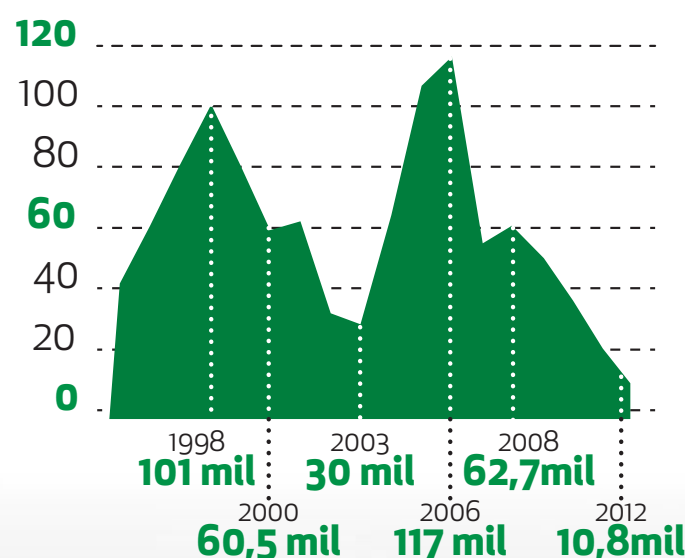
Ruína da agricultura familiar

O agronegócio produz commodities (produtos básicos para exportação) em grande escala ,para o mercado mundial. No entanto, é a agricultura familiar que continua a produzir 70% dos alimentos do país e emprega 74% dos trabalhadores rurais, segundo o IBGE. No entanto, o crédito para a agricultura familiar é de 10% de todo dinheiro disponível para o setor rural, enquanto o agronegócio fica com 90% dos financiamentos, segundo o Banco Central. ■

A contrarreforma agrária do PT

Em 12 anos, os governos de Dilma e Lula implementaram uma verdadeira contrarreforma agrária ao consolidar os complexos agroindustriais.

O agronegócio reforçou a concentração de terras no país. Segundo o IBGE, apenas 1% dos proprietários domina quase a metade das terras do Brasil. Do outro lado, 2,4 milhões de imóveis rurais com até 10 hectares (47% do total) detêm cerca de 2% do território. Hoje, dois terços das terras dedicadas à lavoura, no Brasil, estão ocupadas pela soja, cana-de-açúcar e milho.

Com o agronegócio, perdemos a soberania sobre a produção de alimentos. O Brasil chega a importar feijão preto da China, banana da Tailândia, maçã do Chile, cebolas da Espanha e limão do Uruguai. Além disso, os preços dos alimentos são determinados pelo mercado mundial em dólar. Ou seja, o modelo de desenvolvimento do campo, para o PT, foi o fortalecimento das monoculturas para exportação, na qual produção de commodities subjuga e expulsa as culturas tradicionais do nosso povo. em detrimento da soberania alimentar.

Ir além. Um programa para o campo brasileiro

O governo do PT não realizou a reforma agrária e, hoje, a burguesia é uma inimiga ferrenha dessa possibilidade. Para milhões de camponeses sem terras, a reforma agrária radical, com a aliança da cidade e do campo, é a única solução. Mas é preciso romper com o agronegócio, fazer a reforma agrária e dar o apoio necessário a todos camponeses, em termos de crédito bancário e tecnologia, inclusive à agricultura familiar, que produz o alimento consumido no país.

No entanto, as transformações dos últimos anos nos obrigam ir mais além e levantar um programa para fazer uma revolução no campo brasileiro, com a estatização dos complexos agroindustriais, os colocando sob controle dos trabalhadores. A produção deixaria de ser pautada pelas necessidades da exportação e passaria a responder às necessidades de alimentação do povo. Só assim seria possível redirecionar a produção agrícola do país para responder às necessidades do conjunto dos trabalhadores da cidade e do campo, e não aos lucros da burguesia. de romper com banqueiros e capitalistas.

A independência de classe e a luta pelo socialismo

Henrique Canary e Mariucha Fontana
de São Paulo

Os governos petistas têm um significado totalmente diferente do que foi o PT no início dos anos 1980. O PT quando da sua fundação foi um fator muito progressivo na história das lutas da classe trabalhadora brasileira. Naquela época, o melhor do ativismo operário e sindical do país entendeu que os trabalhadores deviam se organizar de maneira independente dos patrões e tinham o sonho de construir um país e um mundo sem exploração.

Na primeira eleição em que o PT participou, o slogan de campanha era "Vote no 3 (número do PT na época) que o resto é burguês!". No final de seu segundo mandato Lula declarou com orgulho: *"Nunca os empresários ganharam tanto dinheiro quanto no meu governo"*. O que explica uma mudança tão brusca nos rumos de um partido que dizia representar o interesse dos trabalhadores e que foi fundado por operários, jovens trabalhadores e sem-terras?

A degeneração do PT ocorreu a partir da adoção de uma estratégia consciente, aplicada por sua direção, de chegar ao governo por meio de acordos com os partidos burgueses e setores patronais.

A direção do PT rifou o projeto inicial do partido em troca de ganhar eleições em alianças com os patrões. Para agradar os empresários e conquistar seu apoio, Lula decidiu manter a política econômica dos governos neoliberais, ao mesmo tempo em que fez pequenas concessões aos trabalhadores, que não alteram em nada a exploração sofrida por nossa classe e que não impedem a pilhagem do país pelas multinacionais e bancos estrangeiros. Ao se aliar a Maluf, Collor, Bush, Obama, usineiros, banqueiros e empreiteiras, o PT atuou para sufocar nos trabalhadores sua consciência de classe e o seu instinto de poder.

O PT optou por não realizar mudanças profundas no país porque as mudanças que necessitamos exigem o enfrentamento com os patrões, que são justamente os aliados, apoiadores e financiadores do PT.

Todo operário grevista sabe que na fábrica os patrões são uma ínfima minoria contra uma multidão e por isso a greve pode ser vitoriosa. No país acontece a mesma coisa, mas em uma escala muito maior: somos milhões contra um punhado de parasitas. Quando a classe trabalhadora, que produz toda riqueza, tiver consciência de classe, ou seja, consciência de que a classe dos capitalistas inteira (e não apenas um patrão isolado ou um político corrupto) é a responsável pela sua vida sofrida, vai querer acabar com a exploração, botar os patrões para correr e construir um mundo de igualdade.

PT NA DÉCADA DE 80
Cartaz com dizeres "Partido dos Trabalhadores - O Partido sem Patrões"

CAMPANHA ELEITORAL EM 1982
"Trabalhador vota em Trabalhador"

INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA DOS PATRÕES
Cartaz de campanha de financeira do PT

LULA E BUSH
Fecham acordo em torno do etanol

LULA E SARNEY
Aliança do PT com PMDB e velhas oligaquias políticas

DILMA COM BLATTER
Aliança do PT com a Fifa

Socialismo ou "ética" na política?

Hoje o debate sobre a independência de classe vem à tona novamente. Desta vez, não apenas na polêmica com o PT, mas também com o PSOL, que deseja se tornar uma alternativa de esquerda "ampla", um partido "ético", "antenado com as ruas", mas sem um programa de ruptura com o capitalismo, sem uma referência categórica na classe operária e suas lutas, sem compromisso com a independência de classe e sem rejeição ao financiamento de suas campanhas pelos patrões, sem uma estratégia precisa de luta pelo socialismo.

O socialismo não quer acabar com toda e qualquer propriedade, mas apenas com a propriedade dos grandes meios de produção e distribuição: bancos, fábricas, agronegócio. Aquela propriedade que é utilizada para explorar o trabalho dos outros. Por isso, a classe trabalhadora, aquela que vive do próprio trabalho e não explora ninguém, só tem a ganhar com o socialismo. É por isso também que somente a classe trabalhadora, através de uma grande luta revolucionária, é capaz de instaurar uma sociedade socialista.

O operário em construção

Vinícius de Moraes

(...)
Sentindo que a violência
Não dobraria o operário
Um dia tentou o patrão
Dobrá-lo de modo vário.
De sorte que o foi levando
Ao alto da construção
E num momento de tempo
Mostrou-lhe toda a região
E apontando-a ao operário
Fez-lhe esta declaração:
– Dar-te-ei todo esse poder
E a sua satisfação
Porque a mim me foi entregue

(...)

Disse, e fitou o operário
Que olhava e que refletia
Mas o que via o operário
O patrão nunca veria.
O operário via as casas
E dentro das estruturas
Via coisas, objetos
Produtos, manufaturas.
Via tudo o que fazia
O lucro do seu patrão
E em cada coisa que via
Misteriosamente havia
A marca de sua mão.
E o operário disse: Não!

– Loucura! – gritou o patrão
Não vês o que te dou eu?
– Mentira! – disse o operário
Não podes dar-me o que é meu.
(...)

Pra mudar é preciso romper

As mudanças que as ruas, as lutas e as greves exigem não virão sem ruptura com banqueiros, empreiteiras, industriais e ruralistas

Cada mudança que queremos e merecemos, por menor que seja, é sempre negada pelos patrões e seu Estado armado. Se queremos transporte de qualidade e tarifa social, o governo nos nega porque está comprometido com os donos das empresas de ônibus. Se queremos educação de qualidade, o governo nega porque gasta metade do orçamento do país com os juros da dívida pública ou com a FIFA. Se exigimos moradia nos negam porque a ordem é enriquecer empreiteiras e construtoras que financiaram a campanha eleitoral do governante de plantão.

Adquirir consciência de classe e agir de maneira unificada enquanto classe explorada é o único caminho para produzir mudanças verdadeiras e duradouras. Esta consciência de classe se adquire através da luta. Quando enfrentamos os patrões, como na onda atual de greves, essa consciência começa a se desenvolver, mas ela só será total quando percebermos que este conflito não se restringe a uma empresa, mas é igual no país inteiro; quando percebermos que os patrões têm suas próprias armas e suas próprias organizações nesta luta, como a PM, o poder judiciário, o Congresso e o executivo. Todas essas instituições se perfilam em defesa das injustiças, da exploração e da propriedade dos bilionários; todo esse exército de opressores produz e reproduz todos os dias um mundo de abismal desigualdade e injustiça.

> A consciência só será total quando percebermos que este conflito não se restringe a uma empresa, mas é igual no país inteiro; quando percebermos que os patrões têm suas próprias armas e suas próprias organizaçõese

Quando se governa com eles, como faz o PT, se faz uma opção: a de governar contra os trabalhadores e suas organizações, contra suas lutas e suas bandeiras históricas.

Os revolucionários e as eleições

Para os revolucionários toda campanha eleitoral que não tenha como uma das suas tarefas centrais a defesa da classe operária, das suas lutas e da sua ação independente dos patrões não contribui para o avanço do ideal socialista.

Uma campanha eleitoral feita com um programa "moderado", voltada para os setores médios, aliada a partidos burgueses, ou comprometida com setores patronais por meio de "doações" pode até obter muitos votos, mas estará criando novas ilusões no seio da classe trabalhadora, atrasando a luta pela sua emancipação.

Este é, para nós, o sentido mais profundo das campanhas eleitorais. Elas são o momento em que a classe trabalhadora se apresenta perante todo país com seu programa, seus métodos e diz: "estamos aqui, os criadores de toda a riqueza! Basta de governo dos inúteis e parasitas! Queremos governar nós mesmos!". Se é verdade que a população de conjunto ainda está longe de tal compreensão também é verdade que, após junho de 2013 e especialmente depois das atuais ondas de greves, está muito mais próxima de adquirir consciência e independência de classe e receptiva aos ideais socialistas.

De qualquer forma, é preciso lutar por esse programa. Campanhas eleitorais são o momento de dizer a verdade, de combater ilusões, não de alimentá-las. São o momento de colocar-se ao serviço das mobilizações e ser um instrumento de avanço na luta, na consciência e na organização da classe trabalhadora. As mudanças necessárias e profundas não virão com eleições. Será a classe trabalhadora organizada que mudará o país e o mundo através de sua luta ou não será.

Junho de 2013 foi maravilhoso, mas careceu de um programa, de objetivos bem definidos, de uma força social e política que transformasse em matéria viva os sonhos da juventude e dos trabalhadores que tomaram as ruas de maneira ainda desorganizada e espontânea. Queremos expressar junho, as lutas e as greves. Mas, queremos mais. Queremos defender uma saída que junho não encontrou: de independência de classe, operária e socialista. Pelas bandeiras que levanta e pela história que carrega somente a candidatura de Zé Maria e Cláudia Durans é capaz de cumprir essa tarefa.

PSOL e a colaboração de classes

Da redação

O PT com o passar do tempo, foi se degenerando e perdendo esse caráter classista, tornando-se um partido defensor dos interesses das classes dominantes. Infelizmente, esse é o mesmo caminho pelo qual trilha a passos rápidos o PSOL.

O prefeito de Macapá, Clécio Luís (PSOL) venceu as eleições com uma campanha financiada por empresas, aliou-se a partidos de direita e, no governo, reedita as famigeradas Parcerias Público Privadas, as PPPs. Em entrevista à Carta Capital, disse que sua administração tem "um bom diálogo com o empresariado local" e ainda aceitar "pequenas doações de empresários". Por fim, afirma: "Eu não fui para o PSOL negar a minha história, jogar no lixo a minha militância no PT ou construir o PSTU do B". Ao dizer que não construía o "PSTU do B", Clécio se referia à necessidade de se manter uma suposta governabilidade, ou seja, um governo de colaboração de classes e com partidos de direita, como o PTB.

Foi exatamente o mesmo discurso do PT. É impossível governar para os empresários e os trabalhadores ao mesmo tempo. O PSTU, ao contrário, mantém os princípios do classismo abandonado pelo PT e por cada vez mais setores do PSOL. Ou seja, para nós as reais mudanças só virão através da mobilização dos próprios trabalhadores.

Uma saída socialista na luta contra o machismo

Unir mulheres e homens da classe trabalhadora na luta contra a exploração e a opressão

Da Secretaria Nacional de Mulheres do PSTU

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a partir da década de 70, reconfigurou o perfil da classe trabalhadora brasileira. Hoje, as mulheres são quase metade da força de trabalho do país (42% do total). Estão prioritariamente nos setores terceirizados, com menores remunerações e menos direitos. Uma em cada três trabalhadoras ocupadas tem rendimento máximo de um salário mínimo e mais da metade até três salários mínimos.

Marta Gonçalves da Silva, 45 anos, é um exemplo dessas estatísticas. Mulher, negra, mãe de quatro filhos (um deles assassinado há oito anos), nasceu no Rio de Janeiro. Vive em São Gonçalo (RJ) e sempre trabalhou muito. Foi faxineira, fez "bicos" e tem orgulho de dizer que, nos últimos três anos, trabalhou como gari, cumprindo jornada de oito horas diárias, com salário mensal de R$ 810 e vale alimentação de R$ 10 por dia trabalhado.

Em 21 de março desse ano, ela decidiu que não dava mais. Cruzou os braços e, pela primeira vez em sua vida, ajudou a organizar uma greve. Como retaliação, foi demitida por ter se tornado a porta-voz dos cerca de 300 garis da empresa Alfa Rio, terceirizada da prefeitura de São Gonçalo.

8 DE MARÇO
em São Paulo

Contudo, não se intimidou. Marta acredita que as mulheres *"devem lutar por um objetivo"*, entre eles, a igualdade de salários e direitos. Hoje, é militante do PSTU e se integrará à campanha de Zé Maria para construir uma alternativa classista, socialista e em defesa da mulher trabalhadora.

Muitas mulheres, tal como Marta, vêm protagonizando lutas e desempenhando papel de destaque nas greves, desde junho do ano passado. Porém, o machismo e a discriminação ainda são fatores decisivos nas condições de vida e emprego das trabalhadoras, dificultando até mesmo a unidade da própria classe, pois a burguesia se aproveita da opressão para superexplorar as mulheres. .

Uma saída socialista para lutar contra o machismo deve se dar no marco da luta contra a exploração, em unidade com a classe trabalhadora.

Programa

- Salário igual para trabalho igual! Redução da jornada de trabalho sem redução de salários!
- Pleno emprego, fim da terceirização e precarização das condições de trabalho!
- Socialização do trabalho doméstico: construção de lavanderias e restaurantes públicos, estatais, gratuitos e de qualidade! Creches públicas, gratuitas, estatais, com funcionamento 24 horas! Licença-maternidade de seis meses, rumo a um ano, sem isenção fiscal! Licença-paternidade de 40 dias, rumo a um ano.
- Fim da violência contra a mulher! Investimento para a aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha! Construção de casas-abrigo e punição aos agressores! Desmilitarização da PM! Direito à auto-organização contra a violência, apoiada nos métodos e organizações da classe trabalhadora!
- Anticoncepcionais gratuitos, distribuídos nos postos de saúde, sem burocracia, para não abortar! Aborto legal, seguro e gratuito feito pelo SUS para não morrer! Fim da Bolsa Estupro e arquivamento do Estatuto do Nascituro!
- Em defesa das mulheres em situação de prostituição, contra a regulamentação da cafetinagem e da prostituição como profissão. Arquivamento do PL4211/12

LGBT

Levantar a bandeira do arco-íris também nas eleições

Da Secretaria Nacional LGBT do PSTU

As Jornadas de Junho contaram com a expressiva participação de LGBT´s que, em atos organizados por meio das redes sociais, desde o início do ano, travavam uma luta contra Feliciano e a "cura gay", e, depois, se somaram às lutas pelas pautas mais gerais nas manifestações.

Agora, ainda nas manifestações e na luta dos trabalhadores e do movimento popular, vemos a presença de importantes setores organizados também levantando as bandeiras do arco-íris, mostrando que também há trabalhadores e trabalhadoras organizados no movimento sindical e popular

Nos últimos 11 anos, o PT, assim como fez FHC, se aliou aos setores mais conservadores da sociedade, como, por exemplo, Marco Feliciano e Marcelo Crivella. Com isso, os direitos LGBT vêm sendo rifados pelo governo de um partido que abandonou seu programa histórico em defesa de uma tal "governabilidade". Uma "governabilidade" que exclui os LGBT's.

Durante os governos de Lula e Dilma praticamente nada foi feito para fazer avançar os direitos LGBT no país com a maior concentração de casos de homofobia no mundo. Nesse tema, Dilma cumpriu a

A resistência negra continua!

Da Secretaria Nacional de Negras e Negros do PSTU

Em 2013, o "Cadê o Amarildo?" ecoou nas ruas transformando o pedreiro e morador da Rocinha em símbolo do genocídio que vitima negros e negras em um país que insiste em pregar que vivemos em uma "democracia racial". Uma farsa que é incapaz de encobrir ou "explicar" o destino de Douglas, Jean, DaLeste, Cláudia e DG, dentre muitos outros assassinados de forma brutal ano após ano.

Apesar das expectativas de mudanças que negros e negras tinham, a situação só piorou desde que o PT começou a governar o país (vide abaixo). Por isso, o PSTU terá no centro de sua campanha o combate à violência racista que Cláudia Durans, como uma mulher negra nascida na periferia de São Luis, conhece de perto: *"No Maranhão, em 2010, a possibilidade de um jovem negro ser assassinado era 179,3% maior que de um branco. Isto resulta da combinação de duas 'doenças' que atacam a juventude negra: a opressão racista e a exploração capitalista que nos joga para as violentas margens da sociedade onde somos 'mantidos sob controle' por uma polícia racista e assassina".*

Por isso, no centro de seu programa, o PSTU defende a imediata desmilitarização da polícia, visando a extinção da principal responsável (sob a farda oficial ou o capuz de "justiceiro") por boa parte da matança racista; a PM.

> "Nossa luta só pode ser de 'raça e classe'. Toda forma de opressão sempre serviu aos interesses da classe dominante
>
> *Claudia Durans*

Contudo, não é só a violência na ponta do fuzil que faz com que a expectativa de vida de um negro seja seis anos menor que a de um branco. Também entram nesta conta as péssimas condições de vidas nos bairros periféricos e a falta de acesso à educação, à saúde e à moradia dignas.

Uma situação que tem raízes no fato que (segundo uma pesquisa publicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em fevereiro passado) nas principais regiões metropolitanas do país, a média salarial de brancos de ambos os sexos (R$ 2.510,44) é 75,7% maior do que a de negros e negras (R$ 1.428,79).

Como lembra Cláudia, *"diante disto, nossa luta só pode ser de 'raça e classe'. Toda forma de opressão sempre serviu aos interesses da classe dominante, afetando todos aspectos de nossa vida. Por isso, todo nosso programa destaca, em cada um de seus pontos, as especificidades não só de negros e negras, como também de mulheres e LGBT".*

Sob os governos do PT, o genocídio racista só aumentou

Em 2002, o número de jovens negros assassinados era 42,9% maior do que o de brancos. Em 2006, a proporção subiu para 82,7%. Em 2010, passou para 139%. E, em 2011, saltou para 153,4%. No mesmo período, o número de vítimas brancas caiu em 26,4%; enquanto o de negros aumentou 30,6%.

ENCONTRO DE NEGRAS E NEGROS
organizado pela CSP-Conlutas

promessa que fez aos fundamentalistas com a "Carta ao Povo de Deus": não tocou nos assuntos que se chocam com os conservadores.

Quando se trata de educação, saúde, moradia, segurança pública, assistência social para este setor existe um enorme descaso e abandono. Por isso, queremos aproveitar as eleições para denunciar as mentiras e os ataques dos governos, apresentando um programa que reflita tanto as mobilizações de junho quanto as necessidades dos jovens trabalhadores e trabalhadoras LGBT's.

Não há saída para a homofobia se o movimento LGBT estiver de braços dados com empresários que exploram trabalhadores e trabalhadoras para obter lucro. Não há saída se o movimento LGBT estiver aliado, juntamente com o PT, aos setores mais retrógrados da sociedade.

Não há capitalismo sem homofobia! E, por isso, nossa luta pelo fim do capitalismo também passa, necessariamente, pelo combate à homofobia.

Brasil, Estado de Exceção ‘padrão FIFA’

OCUPAÇÃO DA CÂMARA. Atvistas de Campinas (SP) também estão sendo indiciados.

Américo Gomes
de São Paulo (SP)

No dia 16 de maio, o juiz da 9º Vara Criminal de Porto Alegre (RS) aceitou a denúncia do Ministério Público contra seis ativistas do Bloco de Lutas pelo Transporte Público que lideraram as manifestações de junho de 2013. A acusação é de associação criminosa armada para prática de dano ao patrimônio, explosão e furto. Entre os ativistas, estão Matheus Gomes, da Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL), e Gillian Cidade, filiados ao PSTU; além de Lucas Maróstica (PSOL), José Vicente Mertz (Resistência Popular) Rodrigo Brizolla (Federação Anarquista Gaúcha) e Alfeu Silveira Neto (Movimento Autônomo Utopia e Luta).

TORTURADO. *Murilo Magalhães foi preso e torturado por participar de um ato em apoio aos metroviários de São Paulo, na época, em greve.*

Monitoramento

No dia 1º de junho, Fernando Grella, secretário de Segurança Pública de São Paulo, confessou, em entrevista à agência Reuters, que o Estado está fazendo uma intensa operação de inteligência, com grampos telefônicos e monitoramento de e-mails e redes sociais. Ele prometeu efetuar prisões e processar manifestantes por associação criminosa.

No dia 9 de junho, num protesto de apoio à greve dos metroviários de São Paulo, um grupo de 70 pessoas foi reprimido pela Tropa de Choque da Polícia Militar. A PM dispersou os manifestantes com gás lacrimogêneo e prendeu 13 pessoas. À noite, a greve, iniciada cinco dias antes, terminou com 42 demissões e pesadas multas para o sindicato.

Torturas

Na manhã do mesmo dia, o estudante Murilo Magalhães foi preso e torturado no prédio da Secretaria de Segurança Pública. Ele pretendia fazer um protesto simbólico, em solidariedade aos metroviários, se acorrentando em frente à Secretaria.

Em 10 de junho, ativistas foram perseguidos e encaminhados à delegacia no Rio de Janeiro. Tiveram bens pessoais, como equipamentos eletrônicos e peças de roupa, apreendidos. O objetivo foi intimidar os manifestantes às vésperas da abertura da Copa, numa ação claramente política.

Repressão

No dia 12 de junho, dia da abertura do mundial, a PM de São Paulo sitiou manifestantes no Sindicato dos Metroviários. Eles faziam um ato pacífico contra os desmandos da Copa e pela readmissão dos metroviários demitidos. A manifestação, depois de cercada, foi violentamente reprimida. Dezenas ficaram feridos.

Neste mesmo dia, 47 detenções foram realizadas, 29 delas no campus da Universidade Estadual Paulista. Estudantes foram presos, depois do ato, simplesmente por carregarem máscaras e vinagre.

Ainda neste dia, um juiz da Fazenda Pública de Natal (RN) proibiu o Sindsaúde -RN e outras *“agremiações, associações de classe, movimentos populares e manifestantes em geral de interditar, obstruir, fechar e ocupar toda e qualquer via pública localizada dentro da circunscrição territorial do Município”*, “(...) *fixando uma multa diária para as entidades sindicais, associações e pessoas jurídicas no valor individual de R$ 200 mil e de R$ 20 mil para cada pessoa física manifestante*”. ■

REPRESSÃO POLICIAL. *Estopim das grandes mobilizações das Jornadas de Junho (2013). Abaixo, repressão ao ato pacífico no Sindicato dos Metroviários em São Paulo (SP), durante a abertura da Copa do Mundo da Fifa.*

Leis para criminalizar

Está sendo construída uma legislação de exceção no Brasil. A Lei 12.850/2013, sobre associação criminosa, promulgada pela presidente Dilma, entrou em vigor em setembro. A lei visa, centralmente, criminalizar organizações que promovam manifestações e enquadrá-las como organizações criminosas.

Também foi sancionada a Lei Geral da Copa, com tipos penais de legitimidade questionável. Até a Lei de Segurança Nacional, criada pela ditadura e de duvidosa constitucionalidade, está sendo aplicada.

Não satisfeitos, senadores estão propondo que protestos durante a Copa sejam considerados terrorismo e que os participantes sejam punidos com até 30 anos de prisão. O projeto é de autoria de Marcelo Crivella (PRB-RJ), Ana Amélia Lemos (PP-RS) e Walter Pinheiro (PT-BA).

Em defesa das lutas e greves. Readimissão já!

Existe uma grande insatisfação da população com os gastos com a Copa e a FIFA. Os governantes têm como política contra isso uma intensa campanha na mídia, combinada à uma forte repressão aos protestos.

A inflação, os péssimos serviços públicos e os baixos salários estão levando trabalhadores a entrar em greve. Brasileiros revoltados vêm organizando protestos, há um ano. A maioria deles pacíficos, mas muitos resultam em confrontos com a polícia.

A operação militar montada por Dilma para a Copa é a maior da história do Brasil. A Anistia Internacional se pronunciou contra os atos da polícia e o ouvidor das polícias do Estado de São Paulo, Júlio Cesar Fernandes Neves, considerou que a ação foi *“uma atitude deliberada da polícia, desproporcional e brutal contra essa manifestação”*.

As greves também estão sendo criminalizadas. É preciso defender o direito de greve de todos os trabalhadores. Exigimos a reintegração imediata dos 42 demitidos do metrô de São Paulo.

Os movimentos sociais e os trabalhadores não podem se intimidar e devem continuar indo às ruas.

MATHEUS GOMES, um dos seis ativistas de Porto Alegre acusados de "assossiação criminosa, armada, para dano ao patrimônio, explosão e furto".

Fora as tropas brasileiras do Haiti!

Ocupação. Tropas brasileiras estão há 10 anos no Haiti e situação só piorou

Da Redação

Com a bênção da ONU, as tropas brasileiras lideram uma ocupação da ONU que tenta se disfarçar como uma missão de paz. No entanto, o verdadeiro significado da ocupação colonial iniciada em 1 de junho de 2003 é manter a ordem no Haiti - a primeira "Repúlica Negra" nas Américas - sob as pontas das baionetas, permitindo a aplicação de um plano de recolonização no país.

Trabalho sujo

Em todos esses anos, foram feitas inúmeras denúncias de violações dos direitos humanos contra a ocupação. O trágico terremoto que devastou o país, em janeiro de 2010, serviu como pretexto para reforçar a ocupação militar no país, sob a desculpa de "reconstruí-lo". Naturalmente, não houve nenhuma "reconstrução" e o país ainda padece sobre os escombros do terremoto.

Colonização

O que está em curso é a implementação de um plano econômico no Haiti, que inclui a criação de zonas francas no país, com multinacionais produzindo para o mercado norte-americano. Para isso, foi aplicado um "acordo de livre comércio" por meio da lei Hope, aprovada pelo Congresso dos EUA. A lei derruba todas as barreiras para que os dois países possam realizar intercâmbios comerciais livres, sem pagar taxas alfandegárias, ou qualquer taxa que o Estado possa cobrar sobre as mercadorias.

As mercadorias indicadas por essa lei se referem aos produtos provenientes das multinacionais da indústria têxtil, que se aproveitam do salário miserável pago aos trabalhadores do Haiti. As tropas brasileiras estão justamente no Haiti para garantir a aplicação desse plano econômico definido pelos EUA e implementado pelo atual presidente haitiano Michel Martelly. Por isso, os soldados reprimem quaisquer greve e lutas por aumento de salários e direitos trabalhistas.

Pela retirada imediata das tropas!

A degradante submissão do governo brasileiro ao imperialismo deve acabar. O PSTU defende a imediata retirada das tropas brasileiras do Haiti. Também propomos organizar uma grande campanha de solidariedade concreta ao povo haitiano e a luta contra o inimigo comum.

Esta política é a que vamos defender nas eleições, porque a proposta de classe e socialista do PSTU se expressa por meio de uma política exterior a favor dos trabalhadores e dos povos oprimidos contra o imperialismo e suas multinacionais. ■

Palestina. Defender a palestina é romper com Israel

Assim como Lula, o governo Dilma vem colaborado com a política do imperialismo no Oriente Médio, uma região que é estratégica para os EUA em razão de suas imensas reservas de petróleo. Para manter o controle sobre a região, os EUA contam com o Estado sionista de Israel, uma verdadeira base militar do imperialismo.

No entanto, os governos do PT fecharam um acordo de livre comércio entre o Mercosul e Israel, enquanto no mundo se amplia a campanha pelo boicote aos produtos e ao comércio com Israel. Além disso, realizaram a compra de 18 aviões israelenses não tripulados pelo valor de 350 milhões de dólares. Há anos, a Elbit Systems israelense é provedora da Embraer.

Propomos, de forma imediata, a ruptura de relações diplomáticas com Israel e do acordo de livre comércio com esse país. Defendemos o boicote e o fim de qualquer colaboração com o Estado sionista. Ou seja, o Brasil deveria fazer como muitos países fizeram no passado com o regime racista do apartheid na África do Sul, implementando o boicote.

O Brasil tem de apoiar o fim do Estado de Israel e ajudar a construir um Estado palestino laico, democrático e não-racista. Isso significa apoio material à resistência palestina e apoio real aos refugiados, tanto aos que se encontram no Brasil quanto aos que estão em outras partes do mundo.

LULA E SHIMON PERES, *atual presidente de Israel. Abaixo, "Caveirão" do BOPE, usado nas favelas do Rio - tecnologia israelense.*

Síria. Romper relações com a ditadura de Bashar al-Assad

O governo brasileiro, ao contrário de diversos países do mundo, segue mantendo relações diplomáticas, políticas e comerciais com o regime genocida da Síria. É preciso que o Brasil encerre todas suas relações com a ditadura! Mais do que isto, é preciso que nosso governo reconheça como uma força os insurgentes revolucionários que estão pegando em armas contra o governo assassino. Para que possa, inclusive, cooperar militarmente com os rebeldes.

Temos, também, que ter uma política de ajuda humanitária às regiões mais duramente afetadas pela guerra da ditadura contra o povo, principalmente as zonas livres no norte do país. É preciso enviar alimentos, remédios e cobertores para todas as cidades sob controle rebelde.

Precisamos, também, de uma política coerente para os milhares de refugiados sírios e palestinos que, fugindo de Assad, vieram se abrigar no Brasil. É preciso urgentemente de um programa de moradia e emprego digno para os refugiados, além de assistência e auxilio médico e psicológico especial para todos aqueles que fogem da guerra.

Bashar l-Assad, ditador sírio há 14 anos. Assumiu o poder após a morte de seu pai, que governou o páis por 30 anos.

Meu partido é assim!

Venha para o PSTU

Altino Prazeres
de São Paulo (SP)*

A greve do metrô de São Paulo teve repercussão nacional e internacional. Nestes momentos dramáticos da luta, vemos a olho nu a injustiça, a truculência, o papel da imprensa, dos tribunais, da polícia e dos governos dos ricos. Também vemos quem são nossos aliados e companheiros. Como, também, podemos convencer os trabalhadores da importância de lutar por direitos e por uma vida melhor, e colocar o sindicato a serviço destas lutas. São muitos ensinamentos em pouco tempo.

Percebemos como é importante se organizar, ter sindicatos movimentos populares e estudantis e partidos ligados à classe trabalhadora. Lembrome da música de Chico Science e Nação Zumbi: *"eu me organizando, posso desorganizar"*. Vejo que, cada vez que nos organizamos, nos fortalecemos para enfrentar e desorganizar o lado de lá.

Na luta política e ideológica, concreta em cada greve, precisamos dar passos no sentido da organização dos trabalhadores, em particular no que há de mais estratégico: a mudança radical da sociedade.

Fora da ordem

Os meios de comunicação fazem uma grande propaganda para que os trabalhadores não se organizem, principalmente em partidos de esquerda. Não interessa à burguesia que partidos que estão fora da ordem estabelecida, que questionam seus lucros e defendam outra sociedade cresçam e se fortaleçam.

O PT já não é mais o partido dos trabalhadores. Infelizmente, é o partido que privatizou os portos e aeroportos, que reprime greves e é financiado pelas grandes empreiteiras e pelos bancos, da mesma forma que o PSDB e os partidos da ordem.

Muitos trabalhadores ainda admiram o PT, mas mesmo as pequenas reformas prometidas não têm efeito real. A inflação consome os salários. A cada dia, aumenta a precarização do trabalho, a terceirização e a exploração.

Lula disse que os empresários não podem reclamar do governo do PT. Já os trabalhadores têm muito a reclamar. Não há reforma agrária e a mesma vontade que existiu para construir estádios para a Copa não existe para construir hospitais. Não há investimentos em educação e o transporte público não é prioridade. As montadoras ganham benefícios e mimos do governo, enquanto as reivindicações dos trabalhadores são ignoradas. O PT, apesar de toda propaganda, não governa para os trabalhadores e os setores mais pobres e oprimidos do país.

Lutamos pelo socialismo

Queremos uma sociedade em que a exploração e opressão dos patrões sejam banidas, que os trabalhadores organizem a sociedade para seu benefício, que as grandes multinacionais sejam estatizadas para não mais roubar o dinheiro dos trabalhadores e do povo. Queremos uma sociedade socialista.

Para isso, o sindicato é insuficiente. As greves e as ocupações têm seu limite. Precisamos de um partido revolucionário que lute diariamente, mas que unifique os trabalhadores numa só estratégia: a revolução socialista para libertar os escravos modernos e botar pra correr a burguesia com seus privilégios.

Este partido é o PSTU, que veio da classe trabalhadora, da juventude, dos movimentos populares e de luta contra as opressões. No nosso partido, tem democracia no debate de ideias e unidade na luta, no enfrentamento contra os patrões.

O PSTU não caiu no jogo das eleições. Participamos do processo não com a ilusão de que o país mudará por meio do parlamento apodrecido, mas exatamente para denunciar tudo o que está aí. Nosso partido não aceita dinheiro dos patrões, como o PT e o PCdoB fazem, ou mesmo como já fez o PSOL.

Lutamos contra qualquer tipo de opressão. Estamos na linha de frente contra o machismo, o racismo e a homofobia que dividem a nossa classe.

Defendemos sempre a democracia operária. São os trabalhadores que devem decidir os rumos de suas lutas e de sua organização. São os operários, pelo seu lugar na produção, que têm a função predominante de protagonizar a revolução socialista.

Somos internacionalistas. Comemoramos e sofremos com cada luta dos nossos irmãos e irmãs no Egito, na Síria, na Espanha, na Argentina, nos Estados Unidos, no Haiti. Cada greve, cada revolução, cada guerra, cada catástrofe também é nossa luta.

É com muito orgulho que convido cada trabalhador ou trabalhadora – gari, metroviário, professor, estudante, sem-teto – a construir esta ferramenta. Tem espaço para todos. Venha para o nosso partido e doe o que você tem de melhor: sua criatividade, sua solidariedade, seus braços e seu coração.

*Altino Prazeres é presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo